

# Educação: a trilha inacabada

MOZART NEVES RAMOS



Fundação **Santillana**



# Educação: a trilha inacabada

MOZART NEVES RAMOS



Fundação **Santillana**



© 2023 Editora Moderna.

## **FUNDAÇÃO SANTILLANA**

**Diretor-Executivo**  
Luciano Monteiro

**Diretor de Políticas Públicas**  
André Lázaro

**Diretora Acadêmica**  
Solange N. C. Petrosino

**Gerente de Projetos**  
Karyne Alencar Castro

## **EDITORIA MODERNA**

**Diretoria de Relações Institucionais**  
Luciano Monteiro  
Karyne Alencar Castro

## **PRODUÇÃO EDITORIAL**

**Coordenação e edição**  
Ana Luisa Astiz/AA Studio

**Preparação**  
Marcia Menin

**Revisão**  
Juliana Caldas e Samuel Frison

**Diagramação**  
Walkyria Garotti

**Assistência editorial**  
Lígia Arata Barros

### **Nota**

Os textos adotam o gênero masculino, mas sempre se referem a alunas e alunos, professoras e professores, coordenadoras e coordenadores, diretoras e diretores etc. Os artigos expressam a opinião do autor e foram editados para esta publicação.

Maio de 2023. Distribuição gratuita.

### **Impressão**

Gráfica  
Lote  
Código

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Ramos, Mozart Neves  
Educação : a trilha inacabada / Mozart Neves Ramos. -- São Paulo : Moderna, 2023.

ISBN 978-85-16-13896-7

1. Aprendizagem 2. Educação - Brasil 3. Políticas públicas - Brasil I. Título.

23-151528

CDD-370.981

---

Índices para catálogo sistemático:  
1. Brasil : Educação 370.981  
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Este livro é dedicado a minha família.



### **AGRADECIMENTOS**

Minha especial gratidão aos amigos que fiz no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto – refiro-me a Antonio, Carla, João, Rafa, Iasmin e Thaís –, pelo acolhimento carinhoso e pelas rodas de conversa no Invicta.



“Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos. Sou um realista esperançoso.”

**Ariano Suassuna**

*Escritor, dramaturgo e professor,  
um paraibano arretado de Taperoá (PB).*

“Professores deveriam preparar o aluno para o futuro do aluno,  
não para o passado do professor.”

**Richard Hamming**

*Matemático norte-americano.*

11 **Apresentação**

13 **Prefácio**

**PARTE 1**

16 **Aprendizagem escolar na pandemia**

A escola precisou se (re)inventar  
O drama da aprendizagem escolar  
O atraso educacional na América Latina  
A erosão do ensino no Brasil  
O retorno ao presencial

**PARTE 2**

28 **Políticas públicas de Educação**

Financiamento e aprendizagem escolar  
Aprendizagem escolar e desigualdade  
Gestão escolar  
O que o Vietnã pode nos ensinar  
O valor da primeira infância  
Colaboração na Educação  
Analfabetismo  
Ensino Superior  
O futuro passa pela Educação  
Investir mais e melhor na Educação  
Gestão pública da Educação  
Gastamos pouco ou muito em Educação?  
A nova fotografia do Ensino Superior  
Educação, desigualdade e trabalho  
Colaboração intermunicipal  
Formação de professores  
O futuro em jogo  
Um barco à deriva  
Ensino público com bons resultados  
Por um sistema nacional de Educação  
Um sopro de esperança na Educação  
Ensino Médio no rumo certo  
A virada de chave na Educação  
A BNCC e a nova formação docente  
Ensino Superior: não podemos esquecer!

### PARTE 3

## 88 **Ensino público em Pernambuco**

Escolas de tempo integral

João Campos começou bem na Educação

Nossos jovens pernambucanos – 1

Nossos jovens pernambucanos – 2

Os desafios da Educação de Pernambuco

Vagas escolares sobrando, e são muitas!

### PARTE 4

## 102 **Movimentos da sociedade pela Educação**

Por um Brasil sustentável e soberano

Pensando o Nordeste

Todos Pela Educação

### PARTE 5

## 112 **O cenário pós-2022**

Duas prioridades em um mar de prioridades

Educação: os próximos quatro anos

Muita calma nessa hora

Cátedra Sérgio Henrique Ferreira

É hora de repensar a escola

## 126 **A Santillana**

## 127 **A Fundação Santillana**

## 128 **A Moderna**

## 129 **O autor**



# Apresentação

**MOZART NEVES RAMOS**

*Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira*

*do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo Polo Ribeirão Preto*

Seguindo nossas publicações anteriores, em parceria com a Editora Moderna e a Fundação Santillana, este livro, intitulado *Educação: uma trilha inacabada*, reúne uma coletânea de artigos de opinião que publiquei, alguns em coautoria, nos últimos três anos em jornais de circulação nacional, sobretudo no *Correio Braziliense* e no *Jornal do Commercio* de Pernambuco.

A humanidade passou por um dos momentos mais dramáticos de sua existência com a pandemia de covid-19. O impacto no campo da Educação foi sem precedência, em particular em países como o Brasil, que tiveram prédios fechados por um longo tempo, além de professores e alunos sem acesso ao ensino remoto. No caso brasileiro, o problema se agravou ainda mais com a ausência de uma coordenação efetiva do Ministério da Educação com os estados e municípios, responsáveis diretos pela oferta educacional. O resultado de tudo isso foi um retrocesso enorme em proficiência escolar, acompanhado de aumento da desigualdade e do abandono escolar, especialmente entre os jovens.

Por isso, não tenho dúvidas de que o binômio vinculado à aprendizagem escolar e à redução da desigualdade deve merecer atenção especial na esfera das políticas públicas de Educação em nosso país, como vem recebendo da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo Polo Ribeirão Preto (IEA-RP).

Apesar das limitações oriundas do isolamento social, na maior parte de 2020 e 2021, foi possível produzir instrumentos legais e normativos, com ênfase no trabalho do Conselho Nacional de Educação (CNE), que ajudaram sobremaneira nos esforços

empreendidos pelas secretarias estaduais e municipais de Educação, sem esquecer o apoio decisivo dos institutos e fundações de empresas – e aqui quero registrar o trabalho do movimento Todos Pela Educação.

Com o retorno do ensino presencial, em 2022, as redes e escolas puderam retomar as atividades regulares e, para isso, contaram com as orientações normativas do CNE. Todavia, as primeiras avaliações diagnósticas, com destaque para o trabalho da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, mostraram com clareza o tamanho do retrocesso na aprendizagem escolar, especialmente em matemática, que depende mais fortemente do efeito escola.

O Brasil, felizmente, tem experiências bem-sucedidas que podem ajudar nesse momento de recomposição da aprendizagem, tais como aquelas no campo da alfabetização do Ceará, o modelo das escolas de tempo integral de Ensino Médio de Pernambuco e seu mais importante instrumento curricular, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste livro, procurei também retratar o Ensino Superior e seu papel para o desenvolvimento do país, assim como o Ensino Técnico profissionalizante, uma vez que de cada cem jovens que concluem o Ensino Médio, apenas 22 conseguem ingressar nas universidades. Assim, é importante que o país pense em uma política estruturante de pós-Ensino Médio para nossa juventude.

O cenário é desafiador, mas sou, como dizia nosso saudoso Ariano Suassuna, um otimista esperançoso, pois creio que o Brasil pode aprender com o Brasil, basta ter vontade política e determinação.

# Prefácio

**JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES**

*Ex-ministro da Educação e diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais (DGPE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.*

Dono de uma extensa folha de serviços na área da Educação, iniciada nos anos 1970 como professor de química, Mozart Neves Ramos é uma das figuras mais interessantes do atual panorama educacional brasileiro. Isso se deve, em parte, a uma carreira multifacetada, que vai da docência à gestão educacional, como reitor da Universidade Federal de Pernambuco, secretário de Educação do mesmo estado e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Por mais de uma vez, foi membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), ocasiões em que manteve um rico diálogo com o Ministério da Educação (MEC), que levou à criação dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação e de diretrizes de gestão escolar.

Suas ideias e performance no setor público atraíram o interesse de importantes organizações do terceiro setor, onde Mozart aprimorou sua já considerável habilidade em articular saberes, pessoas e ações em busca da melhoria da qualidade da Educação brasileira, seja como presidente-executivo do Todos Pela Educação, seja como diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna.

É essa rica vivência nos campos público e privado, agregando olhares dessas duas áreas que, muitas vezes, têm visões e interesses divergentes e até mesmo antagônicos, que torna o autor deste livro uma voz a ser sempre ouvida por todos aqueles que, como ele, estão empenhados em buscar soluções e novos caminhos para os graves problemas educacionais do Brasil.

*Educação: a trilha inacabada* reúne artigos escritos por Mozart desde o segundo semestre de 2020 sobre variadas questões ligadas

à Educação, reunidos em cinco partes. Evidentemente não poderiam faltar observações sobre o período da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, que mergulhou o mundo em uma situação de isolamento quase total, e seus reflexos no país. Ele aborda a quase inação do MEC diante dos problemas causados pela covid, praticamente jogando no colo do CNE a função de normatizar e nas costas dos secretários estaduais e do Consed o papel de articulação e troca de experiências para enfrentar a nova realidade de uma escola fechada, sem experiência em Educação a distância, sem apoio tecnológico na maioria das vezes e com alunos presos em casa, muitos deles tendo como único acesso à internet o celular do pai ou da mãe.

Como bom pernambucano, não poderia deixar de falar da Educação em seu estado natal, onde, faça-se justiça, deixou um legado inestimável: as bases do programa das escolas de Ensino Médio em tempo integral. Adotado pelos governos que se seguiram como política de Estado, o programa revolucionou o Ensino Médio local e tornou Pernambuco referência nacional nesse segmento. Mozart trata também dos retrocessos na aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nesse período, apurados por diferentes sistemas de avaliação, e dos impactos negativos na formação das crianças, principalmente aquelas dos anos iniciais da escolarização.

Na maioria dos artigos, contudo, ele aborda as diversas políticas públicas na Educação Básica e no Ensino Superior, com especial atenção à desigualdade educacional no país. Aprendizagem e desigualdade, por sinal, são um dos escopos da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo Polo Ribeirão Preto, da qual Mozart é o primeiro catedrático. Nesse sentido, destaco o artigo “Aprendizagem escolar e desigualdade”, escrito em dezembro de 2020, em que ele apresenta diferenças gritantes de desempenho educacional entre municípios que estão distantes menos de 52 quilômetros. É com base nessas disparidades, e no considerável número de municípios pequenos e pobres que apresentam desempenhos escolares de boa qualidade, que o autor defende a tese de que “o Brasil deve aprender com o Brasil”.

“Eleger prioridades na área da Educação não é trivial.” Assim começa o primeiro artigo da última parte deste livro, que reúne suas prospecções sobre o futuro da Educação brasileira. Baixo nível de aprendizagem, repetência, evasão escolar, desinteresse dos alunos, necessidade de melhorar a formação dos professores... São inúmeros os desafios que se tem pela frente. Apesar das dificuldades, Mozart elege o foco no trabalho com os anos finais do Ensino Fundamental nos moldes das escolas de tempo integral e a expansão de vagas no Ensino Técnico como caminhos para um porvir melhor. Mas não é só isso. Para saber mais, recomendo que você leia cada um dos 46 artigos e pondere, com calma e profundidade, sobre as reflexões trazidas pelo autor. O debate educacional de temas realmente relevantes colabora para o avanço da Educação – e este livro é um exemplo dessa contribuição.

Boa leitura!

**Parte 1**

**Aprendizagem  
escolar na pandemia**

# A escola precisou se (re)inventar\*

O advento da covid-19 marcará, sem dúvida, a vida de uma geração. Da noite para o dia, o mundo precisou se (re)inventar. Na Educação, mais de 1 bilhão de crianças e jovens, de muitas partes do planeta, deixaram de ir à escola. Para evitar que suas atividades fossem interrompidas, a escola teve de sair de seu lugar-comum. Era preciso chegar à casa de todos eles, sem exceção. E mais: garantir que estivessem engajados e aprendendo. Isso só seria possível mediante o ensino mediado por tecnologias, o chamado ensino remoto, que até recentemente não fazia parte da agenda educacional.

O desafio que se colocava era o de como construir currículos *online* e preparar professores para esse novo ensino em tão pouco tempo. E as famílias, como engajá-las no processo? Eram questões que precisavam de respostas, que foram gradualmente aparecendo. Estava em curso um novo modelo pedagógico. No entanto, a covid-19 evidenciou com muita intensidade as enormes desigualdades sociais de acesso a esse modelo, em especial em países como o Brasil. Muitos alunos não conseguiram acompanhar as aulas por falta de conectividade digital.

Apesar disso, grande parte das escolas, de uma forma ou de outra, conseguiu vencer os desafios iniciais. Esse novo ambiente de aprendizagem permitiu que a criatividade aflorasse na mente de nossos professores e alunos. Foi preciso desenvolver, como nunca, a resiliência emocional e o gosto pelo novo. Em meio a uma crise sanitária sem precedentes, descortinava-se uma nova escola – que não será passageira, como alguns imaginavam. Novas oportunidades

---

\* Este artigo foi escrito em colaboração com Rebeca Murad, diretora-geral de gestão do Grupo Dom Bosco, em São Luís (MA).

de aprendizagem para todos foram descortinadas, por mais difícil que isso pudesse parecer.

Nesse novo cenário, foi possível, por exemplo, colocar em prática a personalização da aprendizagem por meio de programas de mentoria. Compreender as circunstâncias e demandas individuais dos estudantes se tornou peça-chave para o sucesso escolar. Diante de tantas dúvidas, inseguranças e incertezas, perder o aluno de vista e de fato era fácil demais; recuperá-lo, muito custoso. Por isso, as escolas se dedicaram como nunca a conhecer profundamente cada um, suas competências, suas dificuldades e seus projetos de vida. Em alguns casos, a mentoria foi estendida às famílias, que precisaram reestruturar suas rotinas e aprender a nova dinâmica das relações domésticas para manter seus filhos ativos e produtivos.

A pandemia nos convidou também a revisitar a maneira de avaliar nossas crianças e jovens. Mesmo antes da pandemia, o modelo educacional já ensaiava mudanças importantes no que se referia ao processo de ensino e aprendizagem; por exemplo, escolas contemporâneas já faziam uso do aprendizado baseado em problemas, o chamado *problem-based learning* (PBL), um método centrado no aluno. No campo das avaliações escolares, porém, olhávamos muito mais pelo retrovisor do que pelo farol.

O receio da “cola” ou do plágio paralisava a busca por formas mais eficientes de compreender “se” e “quanto” alguém havia aprendido. Com o distanciamento obrigatório, nosso medo se tornou realidade; era impossível assegurar que o estudante não havia consultado os livros ou a internet durante o processo avaliativo. A bem da verdade, se a resposta da prova estivesse no Google, a pergunta não seria questionadora o bastante. As perguntas importantes às quais hoje o mundo precisa responder demandam efetivo desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Muito mais que avaliações tradicionais, a autoavaliação e a avaliação formativa se tornaram mais adequadas para que professores, famílias e os próprios alunos pudessem concluir se as expectativas de aprendizagem estavam sendo efetivamente alcançadas.

*Correio Braziliense*, 3 de setembro de 2020.

# O drama da aprendizagem escolar

Em fevereiro de 2021, o instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) apresentou, na plataforma QEdu, os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2019, expressos pelo percentual de estudantes com aprendizado adequado em língua portuguesa e matemática para o 5º e o 9º ano do Ensino Fundamental e para o 3º ano do Ensino Médio, em consonância com a meta 3 do movimento Todos Pela Educação. O percentual com aprendizado adequado corresponde ao número de alunos que, em relação ao total, obtiveram desempenho igual ou superior a determinada pontuação no Saeb: 200 pontos em língua portuguesa e 225 em matemática para o 5º ano, e algo similar para o 9º ano e para o 3º ano do Ensino Médio.

Os dados do Ensino Médio da rede pública são absolutamente desastrosos, em especial em matemática. Em Pernambuco, por exemplo, somente 8% dos estudantes terminaram a escola em 2019 com conhecimento adequado em matemática. Esse percentual foi de 4% para a Bahia e de 2% para o Amapá e o Pará. Quando verificamos os resultados em língua portuguesa, a situação é um pouco melhor, mas nada que nos permita comemorar. Em Pernambuco, 36% aprenderam o que seria esperado ao final do Ensino Médio nessa disciplina, enquanto no Amapá e no Pará o percentual foi de apenas 19% e 17%, respectivamente.

No entanto, esse desastre educacional não começa no Ensino Médio; já vem das etapas anteriores, especialmente dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública (inclui resultados do estado e dos municípios). Por exemplo, em Pernambuco, apenas 16% dos alunos do 9º ano aprenderam o que seria esperado em matemática; nos estados do Pará e do Amapá, 8% e 5%, respectivamente. O que dizer?

Nossa preocupação se acentua porque esses percentuais desastrosos se referem ao período no qual as escolas estavam em pleno funcionamento, ou seja, antes da pandemia. Como é do conhecimento de todos, apesar dos esforços das secretarias de Educação, muitos estudantes, durante a crise sanitária, ficaram sem acesso às aulas remotas por falta de conectividade (internet e banda larga) e de condições tecnológicas adequadas para aprender. Naquela oportunidade, o governo federal tinha em caixa cerca de R\$ 23 bilhões no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Tais recursos poderiam, em parte, ter sido utilizados para reverter esse quadro dramático da aprendizagem escolar por meio do ensino remoto.

O Brasil tem 14,9 milhões de lares sem acesso à internet. São quase 46 milhões de pessoas desconectadas – um quarto da população com mais de 10 anos de idade. Enquanto isso, uma pequena parte da população dorme em berço esplêndido, e a larga maioria fica à espera de um auxílio emergencial para sobreviver. Por isso digo: sem Educação não haverá futuro!

*Jornal do Comercio, 8 de março de 2021.*

# O atraso educacional na América Latina

Mesmo antes da pandemia, os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) já evidenciavam um cenário de grande preocupação quanto à aprendizagem escolar nos países da América Latina. O *gap* nesses países no *ranking* do Pisa em comparação aos mais bem posicionados, como Singapura, Coreia do Sul, Finlândia e algumas províncias chinesas (Xangai é um exemplo), equivale a um atraso de quase três anos letivos.

Apesar dos importantes avanços que a América Latina conquistou em relação à cobertura em todos os níveis do sistema educativo graças a mais investimentos na área, isso não se traduziu em aumento significativo da aprendizagem. É preciso ir além da cobertura e prover uma Educação que desenvolva plenamente os estudantes latino-americanos para viver no século 21. Se quisermos avançar na qualidade com equidade no campo educacional nesta região do planeta, devemos dar um caráter de urgência à questão, sobretudo agora, com os prejuízos causados pela pandemia, que ampliaram ainda mais a desigualdade e as oportunidades de aprendizagem, seja pelo longo período em que os prédios escolares ficaram fechados, seja pelo expressivo número de crianças desta parte do mundo, especialmente as mais pobres, que ficaram sem acesso ao ensino remoto por falta de conectividade. Apenas para se ter uma ideia, um estudo conduzido pelo professor André Portela, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP), mostrou que, para as crianças brasileiras, ficar sem estudar em 2020 por falta dessa conectividade foi como se elas tivessem regredido aos níveis de aprendizagem de 2018.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estima que cerca de 20% da população latino-americana não tem acesso

adequado à internet móvel. E, se não estão conectadas, a probabilidade de famílias com filhos assistirem às aulas mediante o uso das novas tecnologias é bastante baixa. “A conectividade deve ser um direito humano”, argumenta Claudia Uribe, diretora de Educação do Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para América Latina e Caribe (Orealc/Unesco Santiago). Porém, enquanto isso não acontece, a região está exposta a “enfrentar uma catástrofe geracional” na Educação, alerta ela.

Em recente relatório, o Banco Mundial, por sua vez, alerta sobre a urgência de controlar a crise educacional gerada pela pandemia em países da América Latina e do Caribe. Segundo Emanuela Di Gropello, uma das principais autoras, é crucial fechar rapidamente o fosso digital que persiste e aproveitar a atual crise para promover as mudanças que eram necessárias mesmo antes da crise sanitária.

Vale aqui revisitar, pois me parece bastante atual, o relatório “Construindo uma Educação de qualidade: um pacto para o futuro da América Latina”, da Comissão para a Educação de Qualidade para Todos, do Diálogo Interamericano, apresentado no Brasil em 2016. De acordo com esse documento, é preciso mais do que nunca romper com a forte inércia dos sistemas educativos, o que requer esforços concentrados de reformas que gerem mudanças profundas e duradouras. Com a pandemia, isso deve fortalecer ainda mais uma das principais recomendações: o acesso às novas tecnologias na Educação como instrumento que permita abordagens híbridas de aprendizagem nas salas de aula, em sintonia com as novas demandas do século 21. O Brasil foi na direção contrária com o veto presidencial ao Projeto de Lei nº 3.477/2020, que buscava garantir acesso à internet, com fins educacionais, a estudantes e professores da Educação Básica pública.

O relatório traz outras recomendações: a ampliação dos esforços de aprendizagem ainda na primeira infância; a estruturação de políticas que ampliem não só a atratividade dos jovens pela carreira do magistério, como também a articulação da formação docente com a prática escolar; a oferta de uma Educação relevante que incorpore ao currículo escolar as novas competências para

a vida; e o aumento do financiamento, para que se alcancem os resultados. Recomendações urgentes, atuais e que precisam ser colocadas em prática.

*Correio Braziliense*, 6 de maio de 2021.

# A erosão do ensino no Brasil

Foi assim que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) classificou o impacto da covid-19 no ensino brasileiro, tomando como referência um estudo feito na rede estadual de São Paulo, em meados de março de 2021, que revelou retrocesso de uma década ou mais em proficiência escolar de crianças ao final do 5º ano do Ensino Fundamental. Em língua portuguesa, o recuo foi de 10 anos, mas em matemática foi ainda maior, equivalente a 14 anos. O que mais me preocupava, naquele momento, era que estávamos falando da rede estadual de ensino de São Paulo, uma das primeiras a oferecer aulas remotas a seus estudantes. Isso porque em muitas redes de ensino, especialmente as municipais das regiões Norte e Nordeste do país, os alunos ficaram três semestres letivos sem realizar nenhuma atividade escolar. Foram milhões de crianças e jovens sem estudar. O impacto disso no futuro deles é enorme e possivelmente irreversível dos pontos de vista social e emocional.

Estava claro, naquela oportunidade, que não podíamos mais deixar as escolas fechadas – professores, funcionários e boa parte dos estudantes acima dos 15 anos haviam tomado ao menos a primeira dose, e a vacinação avançava entre os menores. Segundo o Unicef, 10% dos alunos jamais voltarão à escola. A ausência de uma política de conectividade digital para permitir o acesso às atividades remotas ampliou o drama da aprendizagem no Brasil. Passados dois anos desde o início da pandemia, não havíamos feito praticamente nada e continuávamos sem uma política clara de acesso remoto para os estudantes mais vulneráveis.

O desafio que se colocava era multifacetado. Teria de ser uma ação articulada de governo e entre governos por unidade federativa e entre as unidades, mediante um robusto programa em regime de colaboração. A princípio, seria necessário que o país soubesse

o tamanho do fosso causado pela pandemia na aprendizagem escolar. Para tanto, o Ministério da Educação (MEC), com apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), precisava divulgar o quanto antes os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) relativos aos exames realizados em 2021. Isso permitiria um planejamento das unidades federativas e dos municípios, com base na real situação do “estrago” provocado pela covid-19. Já sabíamos que a desigualdade havia crescido muito em decorrência da pandemia; os impactos na aprendizagem e no abandono escolar eram devastadores.

Por outro lado, tínhamos a clareza de que o cenário poderia ser também uma oportunidade para mudar nossa maneira de ensinar e de aprender. Seria a hora de inovar com base em dados e evidências. Fazendo isso, conseguiríamos ganhar um tempo precioso. Falávamos de uma nova escola, de uma verdadeira metamorfose, que não mais estivesse atrelada apenas ao conteudismo, mas aos conteúdos essenciais para a vida atual e futura dos estudantes, que os preparassem de maneira autônoma para fazer escolhas com base em seus projetos de vida. Para isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) serviria, como está servindo, de bússola efetiva das aprendizagens essenciais que todos precisariam desenvolver ao longo da Educação Básica.

Se ficássemos presos ao retrovisor, o desastre seria inevitável, mas, se tivéssemos a coragem de olhar para onde apontava o farol e fazer as mudanças necessárias, talvez o Brasil tivesse uma chance – era isso que nos movia. No entanto, para isso acontecer, precisaríamos de lideranças inovadoras e buscar o que este país tem de melhor na inovação, pois sou daqueles que entendem que o Brasil precisa aprender com o Brasil. Aqui se encontram os estados do Ceará, com seu efetivo regime de colaboração e seu exitoso programa de alfabetização, e de Pernambuco, com suas escolas de Ensino Médio em tempo integral. Precisávamos ver o que fizeram Teresina (PI), Coruripe (AL), Cocal dos Alves (PI) e tantos outros municípios que deram saltos relevantes na aprendizagem escolar e traçar uma política nacional que promovesse um desenvolvimento educacional robusto e equânime para mudar de vez a cara do país.

*Correio Braziliense*, 3 de fevereiro de 2022.

# O retorno ao presencial

A missão dos gestores e professores com o retorno presencial, no segundo semestre de 2021, seria a de enfrentar os impactos provocados pela pandemia no ambiente escolar, sem deixar de lado as demandas que antes já estavam postas, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o novo Ensino Médio. Mas como fazer isso?

De início, seria preciso planejar as atividades pensando nas habilidades prioritárias para o contínuo curricular no período de 2020-2022, conforme orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE). Estava claro que não se deveria pensar em aumentar o número de conteúdos para dar conta de tudo, mas qualificar e focar aqueles que seriam fundamentais para o desenvolvimento dos estudantes.

Além de ter um olhar integrado para o currículo, a BNCC e as avaliações diagnósticas seriam as grandes bússolas do trabalho docente. Nesse planejamento, também deveriam ser levados em consideração as ferramentas digitais e o aluno de tempo integral, isto é, organizar as aprendizagens do estudante para que ele tivesse o ensino presencial em um dos turnos e complementasse no contraturno, remotamente, as atividades propostas pela escola, como uma espécie de sala de aula invertida.

Nesse cenário, havia, ainda, a preocupação com o aumento da evasão escolar, sobretudo entre os mais jovens. O que fazer? As redes escolares teriam de pensar em estratégias e estímulos que os chamassem de volta à sala de aula. Só uma boa busca ativa não seria suficiente. Durante a pandemia, muitos jovens começaram a realizar alguma atividade laboral para levar uma renda extra para casa. Por isso, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo criou um incentivo financeiro para os estudantes perma-

necerem na escola. Porém, a pandemia havia deixado não apenas impactos na aprendizagem dos alunos, mas também problemas sociais e emocionais, tanto na equipe docente quanto entre os estudantes. Pensando nisso, o acolhimento seria um quesito fundamental na volta às aulas. Nesse processo, muitas redes de ensino começaram a oferecer apoio psicológico para auxiliar aqueles que foram mais impactados pela crise.

Ao mesmo tempo, essa mesma pandemia trouxe uma nova estratégia para o processo de ensino e aprendizagem: o ensino híbrido – a oportunidade de testar diferentes arranjos e estratégias pedagógicas, fazendo uso de recursos digitais que exigiam, por sua vez, preparar os professores para a nova perspectiva de trabalho.

Naquele ambiente em que estávamos convivendo, por um lado, com os avanços da vacinação e, por outro, com o surgimento de novas variantes de covid, como a delta, o papel do gestor escolar passou a ser ainda mais fundamental. Ele deveria equilibrar demandas administrativas e pedagógicas, apoiar as famílias, a comunidade escolar, articular todas as frentes para garantir uma retomada gradual e segura das atividades presenciais. Por fim, sem articulação e comunicação entre estados e municípios e entre as escolas, ficava claro que não seria possível enfrentar os impactos da pandemia sem o importante trabalho colaborativo com as famílias.

*Jornal do Commercio*, 6 de setembro de 2021.

## Parte 2

# Políticas públicas de Educação

# Financiamento e aprendizagem escolar

O debate educacional brasileiro está, muitas vezes, focado na necessidade de investir mais para alcançar melhores resultados. Para alguns, o país já investe muito, mais de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) em Educação – mais do que as nações que estão no topo da Educação mundial. Para outros, o investimento é baixo quando se divide esse PIB pela demanda atendida, ou seja, pelos mais de 48 milhões de estudantes – o chamado PIB *per capita*.

Olhando os números de 2017 da estimativa do investimento público direto em Educação por estudante, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), verifica-se que para os anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa na qual o Brasil vem apresentando os melhores resultados em aprendizagem escolar, o valor nominal foi de R\$ 6.877,00, em comparação a apenas R\$ 2.264,00 em 2007. Isso parece nos mostrar que mais dinheiro resulta em mais aprendizagem.

No entanto, essa tese não se sustenta se considerarmos os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que tiveram o mesmo nível de crescimento em investimentos, mas cujos resultados foram pífios. No caso do Ensino Médio, o Brasil está estagnado desde 1999 em termos de aprendizagem escolar, e em um patamar muito baixo. De cada 100 alunos da rede pública que concluíram essa etapa em 2019, apenas 7 aprenderam o que seria esperado em matemática; em 2017, esse número foi de 5 em cada 100. Em 2017, o investimento por estudante/ano no Ensino Médio foi de R\$ 7.496,00, e, em 2007, de apenas R\$ 1.733,00.

Em outras palavras, mais investimento não resulta necessariamente em mais aprendizagem. Deve-se, sim, continuar investindo em Educação no Brasil, que ainda está muito abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), mas é preciso melhorar, e muito, a qualidade da gestão desses investimentos. O modelo pernambucano de escolas de Ensino Médio em tempo integral é um exemplo, que custa, é verdade, mais do que o das unidades de tempo parcial, como seria esperado, mas funciona, trazendo resultados tanto na aprendizagem como na redução do abandono escolar. Outro exemplo é o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) do Ceará, cujo impacto, associado a um sólido trabalho colaborativo entre estado e municípios, reverbera nos demais anos do Ensino Fundamental.

Na versão de 2019 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), 99% dos municípios cearenses atingiram a meta prevista para os anos iniciais do Ensino Fundamental, enquanto esse percentual foi de 66% no estado de São Paulo, o mais rico da federação. Para os anos finais, 84% dos municípios cearenses atingiram a meta e apenas 13% dos paulistas. Em 2019, o PIB *per capita* do Ceará foi de R\$ 15.437,75, e o de São Paulo, R\$ 52.009,94!

Se quisermos alcançar os resultados educacionais de países que estão no topo da Educação mundial, precisamos investir mais, mas temos que aplicar melhor tais investimentos, com base em evidências e dados. Certamente, isso resultará em aprendizagens escolares efetivas.

*Jornal do Commercio*, 2 de novembro de 2020.

# Aprendizagem escolar e desigualdade

Neste artigo trataremos do desafio da baixa aprendizagem escolar e das enormes desigualdades educacionais existentes em nosso país. De cada 100 crianças que começam o 1º ano do Ensino Fundamental, apenas pouco mais de 50 chegam ao 3º ano do Ensino Médio. Se levarmos em conta esse abandono associado à reprovação e o custo médio anual do aluno brasileiro, o país perde por ano cerca de R\$ 25 bilhões. Isso representa o tamanho de nossa ineficiência educacional. Os custos sociais decorrentes dessa ineficiência são ainda maiores, especialmente entre os jovens.

Contudo, em 2019, mesmo entre os estudantes da rede pública que concluíram o 3º ano do Ensino Médio, apenas 7 de cada 100 aprenderam o que seria esperado em matemática; em língua portuguesa, esse número foi de 34 – ainda muito baixo. Na verdade, o desafio da aprendizagem já começa nos anos finais do Ensino Fundamental: de cada 100 estudantes da rede pública (estadual e municipal) que concluíram, em 2019, o 9º ano do Ensino Fundamental, somente 18 aprenderam o que seria esperado em matemática e 36 em língua portuguesa.

A esse baixo desempenho escolar junta-se a desigualdade educacional. Convido-os a fazer uma viagem até o interior do Piauí, mais precisamente a Cocal dos Alves, um município de pouco mais de 6 mil habitantes e com Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (2019) de apenas R\$ 8.340,17. Lá, de cada 100 estudantes da rede pública que concluíram, em 2019, o 9º ano do Ensino Fundamental, 62 aprenderam o que seria esperado em matemática e 69 em língua portuguesa. A 53 quilômetros de distância encontra-se o município de São João da Fronteira, com as mesmas características

habitacionais e econômicas de Cocal dos Alves. Contudo, de cada 100 de seus estudantes da rede pública que concluíram, em 2019, o 9º ano do Ensino Fundamental, apenas 14 aprenderam o que seria esperado em matemática e 25 em língua portuguesa! O que justifica tal diferença? Recursos? Professores bem formados? Boa gestão escolar? Escolas bem estruturadas e bem cuidadas? Por que São João da Fronteira não aprende com Cocal dos Alves? Está na hora, como tenho frequentemente dito, de o Brasil aprender com o Brasil! Tais diferenças, como as citadas, são inúmeras em nosso país.

Apenas para reforçar a que me refiro, em Pernambuco, encontramos situações muito parecidas. Por exemplo, no município de Panelas (PIB *per capita* em 2019 de R\$ 7.348,18), de cada 100 estudantes da rede pública que concluíram, em 2019, o 9º ano do Ensino Fundamental, 65 aprenderam o que seria esperado em matemática e 67 em língua portuguesa. Por outro lado, em São Lourenço da Mata (PIB *per capita* em 2019 de R\$ 11.121,96), município localizado próximo a importantes universidades e centros de ensino, esses números são de 10 e 22, respectivamente.

Os gestores municipais, sobretudo aqueles vinculados à área da Educação, precisam cuidar da aprendizagem de seus alunos, pois isso pode fazer grande diferença em oportunidades futuras. Caso queiram ver a situação de seus municípios, basta consultar o portal [qedu.org.br](http://qedu.org.br). Esse pode ser o primeiro passo para mudar o quadro atual da baixa aprendizagem escolar e das desigualdades em nosso país.

*Jornal do Commercio*, 14 de dezembro de 2020.

# Gestão escolar

É consenso há décadas que a figura desenhada para o diretor não corresponde aos desafios que precisam ser enfrentados nos dias atuais e muito menos no futuro. Ao longo desse período, produziram-se diversas pesquisas sobre eficácia escolar com o objetivo de identificar os fatores que influenciam a aprendizagem dos estudantes. Uma delas, que fortemente recomendo, é a tese de doutorado de Filomena Siqueira intitulada *Eficácia escolar, liderança e aprendizagem nas escolas estaduais brasileiras*,<sup>1</sup> defendida na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 2020.

Esse e outros estudos apontam que escolas que apresentam bons resultados de aprendizagem têm características, em geral, comuns, e entre elas se destaca a existência de uma liderança eficaz. Segundo Branch, Hanushek e Rivkin (2013), um diretor de escola eficaz é capaz de aumentar a aprendizagem dos estudantes em uma proporção de dois a sete meses no mesmo ano letivo, ao passo que as ações de um diretor não eficaz têm consequências negativas para os alunos em igual medida.<sup>2</sup> A literatura também nos mostra que não existe escola que garanta a melhora da aprendizagem dos estudantes sem a presença de um líder talentoso.

Em 2010, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou o documento *Improving school leadership*, que reforça a importância do trabalho do diretor para criar um ambiente propício na escola a fim de melhorar as práticas em sala de aula e a aprendizagem escolar e também de sua atuação

---

1. SIQUEIRA, Filomena. *Eficácia escolar, liderança e aprendizagem nas escolas estaduais brasileiras*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29107/Tese\\_Filomena%20Siqueira\\_Eficacia%20Escolar%20e%20Lideran%C3%A7a\\_vfinal.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29107/Tese_Filomena%20Siqueira_Eficacia%20Escolar%20e%20Lideran%C3%A7a_vfinal.pdf).

2. BRANCH, Gregory F.; HANUSHEK, Eric A.; RIVKIN, Steven G. School leaders matter. *Education Next*, v. 13, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.educationnext.org/school-leaders-matter>.

para apoiar, avaliar e possibilitar o desenvolvimento do trabalho docente na definição de metas e responsabilidades, além da gestão estratégica dos recursos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por sua vez, publicou, em 2018, o relatório *Activating policy levers for education 2030*,<sup>3</sup> no qual propõe uma agenda de políticas públicas educacionais considerando cinco áreas relacionadas às características do trabalho dos diretores, com destaque para a necessidade de estabelecimento de metas e responsabilidades.

Esses estudos apontam que o papel do diretor vem se ampliando ao longo dos anos. A profissionalização da gestão escolar passa a ser estratégica para garantir uma Educação de qualidade para todos. Portanto, não cabe mais designar os diretores por razões políticas, como ainda fazem muitos municípios brasileiros. Trata-se agora de ter gestores preparados para exercer uma liderança eficaz, se quisermos de fato mudar a qualidade da escola pública em nosso país.

*Jornal do Commercio*, 22 de fevereiro de 2021.

---

3. UNESCO. *Activating policy levers for education 2030: the untapped potential of governance, school leadership, and monitoring and evaluation policies*. Paris, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265951>.

# O que o Vietnã pode nos ensinar

Falamos, ao longo deste livro, de alguns bons exemplos em nosso país, tais como o exitoso Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) do Ceará e as escolas de Ensino Médio em tempo integral em Pernambuco, e de alguns municípios que estão promovendo uma Educação de qualidade com equidade, entre eles Sobral (CE), Coruripe (AL), Teresina (PI) e Licínio de Almeida (BA). Isso reforça a frase que costumo dizer: “O Brasil pode aprender com o Brasil”. Além disso, podemos, e devemos, observar alguns lugares que estão promovendo uma verdadeira revolução na Educação: além de Vietnã, Singapura, Finlândia, Estônia e Irlanda, e algumas províncias chinesas, como Xangai e Jiangu. Por quê?

O Vietnã passou quase toda a segunda metade do século 20 envolvido em guerras ou em alguma forma de conflito e até 50 anos atrás era uma nação pobre, agrária e analfabeta. Hoje é um dos países cujo desempenho educacional mais chama a atenção no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

A reconstrução do país passou pela Educação, e os resultados impressionam: o Vietnã aparece no *ranking* do Pisa em quarto lugar em ciências, à frente da Alemanha, do Reino Unido e dos Estados Unidos. Em matemática, os vietnamitas estão em 25º lugar, à frente da França, dos Estados Unidos e da Itália. O Brasil ficou, nas duas disciplinas, na 58ª posição! A pergunta que surge naturalmente é: como um país com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de US\$ 3.586,35 em 2020, quase duas vezes menor que o do Brasil, pode desbancar nações com renda e níveis de desenvolvimento muito superiores?

O Vietnã vem investindo maciçamente em Educação, com foco na ampliação da jornada integral na rede pública de ensino, na definição de padrões de qualidade para as escolas públicas, no

fortalecimento da cultura de avaliação, na exigência de melhor desempenho docente e, finalmente, na vinculação do aumento de salário dos professores a mais qualificação e resultados.

Além de incrementar a Educação, fez reformas políticas e sociais que tiveram repercussão positiva na economia. Como resultado, o Vietnã cresce a uma média anual de 7,2% e ostenta uma expectativa de vida de 76 anos. De sua população total, 92% têm acesso à eletricidade, e 80%, à água potável. A pobreza caiu drasticamente, de mais de 50% para 15% da população em apenas 20 anos.

Uma segunda pergunta que não poderíamos deixar de fazer é sobre o efeito da pandemia na economia e na Educação vietnamitas. David Hutt, em artigo publicado no *Asia Times*,<sup>4</sup> mostrou que o Vietnã foi uma das poucas nações do mundo a registrar crescimento econômico em 2020, apesar do colapso global no comércio, em viagens e em investimentos causado pela crise sanitária. As autoridades responderam com rapidez e eficiência quando uma segunda onda estourou na cidade costeira de Da Nang, no final de julho, após um relaxamento das rígidas restrições impostas em fevereiro – bem diferente do que aconteceu no Brasil.

Em 2020, as escolas vietnamitas ficaram fechadas por menos de 90 dias, um tempo relativamente curto, fruto de coordenação nacional, enquanto nas brasileiras foram quase 300 dias. É bom lembrar que, apesar de seu território de apenas 312.212 quilômetros quadrados,<sup>5</sup> o Vietnã tem 96,46 milhões de habitantes.

Na economia, o país está, como costumamos dizer, em voo de cruzeiro; na Educação, ainda há desafios, especialmente quanto ao acesso à escola. O importante é que, depois de sobreviver a tantas guerras e conflitos, o Vietnã está fazendo seu dever de casa, apesar da pandemia mundial. O Brasil precisa fazer o seu, mas preferiu, entre 2019 e 2022, focar o que não importa, como priorizar o *homeschooling*,<sup>6</sup> em vez de prover o acesso ao ensino por meio de

---

4. HUTT, David. Vietnam shining bright as Covid crisis winner. *Asia Times*, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://asiatimes.com/2020/11/vietnam-shining-bright-as-covid-crisis-winner>.

5. Nota da edição: menor que o estado do Maranhão, que tem 332 mil quilômetros quadrados.

6. Termo em inglês para Educação domiciliar.

internet e banda larga a seus estudantes e professores da Educação Básica, sobretudo para enfrentar adequadamente o período de ensino remoto.

*Jornal do Commercio*, 19 de abril de 2021.

# O valor da primeira infância

Acompanhando as eleições municipais pelo Brasil afora (refiro-me aqui às de 2020), percebi que resolver o problema da falta de vagas em creches foi, de longe, a principal promessa dos candidatos na área da Educação. Isso é compreensível, pois, além de trazer ganhos extraordinários para o desenvolvimento da criança, como veremos a seguir, o acesso à creche possibilita aos pais maior flexibilidade nas atividades laborais.

Os números extraídos do *Anuário brasileiro da Educação Básica – 2020*,<sup>7</sup> tendo como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o Brasil tem 36% de matrículas em creche, enquanto a meta para 2024 estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE) é chegar a pelo menos 50%.

O acesso à creche já reproduz as enormes desigualdades sociais vigentes no país. Enquanto 51% das crianças que vivem nos domicílios mais ricos estão matriculadas, o percentual é de apenas 29% entre as que se enquadram no quartil mais baixo de renda. A desigualdade da oferta de matrículas também se reproduz entre os diferentes estados da federação. Por exemplo, em Tocantins, 33% das crianças de 0 a 3 anos estão em creches; no Amapá, somente 11%.

No que se refere à pré-escola, que inclui crianças de 4 e 5 anos, o Brasil, em conformidade com o PNE, deveria ter universalizado a oferta em 2016, o que não ocorreu. Avançamos-se bastante, mas ainda temos 329 mil crianças nessa faixa etária fora da escola.

---

7. Organização: Todos Pela Educação e Editora Moderna. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2020>.

Comparando os dois estados da Região Norte mencionados antes, a taxa de matrícula na pré-escola em Tocantins é de 94%, e, no Amapá, 68%.

Como revela a neurociência, a primeira infância, que inclui as crianças de 0 a 5 anos, é a etapa mais importante para o desenvolvimento futuro – é a janela em que experiências, descobertas e afeto são levados para o resto da vida. Segundo estudos de James Heckman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2000, o retorno para a sociedade de cada dólar investido nessa fase da vida é de até 7 dólares. Nenhum outro investimento é tão rentável.

O Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI) tem produzido relevantes estudos sobre a importância da primeira infância no processo de aprendizagem da criança. Um deles, intitulado *O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem*,<sup>8</sup> reforça a tese de que a aprendizagem se inicia no começo da vida. Especialmente na primeira infância, a aprendizagem é fortemente influenciada por todo o meio em que a criança se encontra e com o qual interage.

Portanto, é fundamental que os gestores municipais olhem com muito carinho para essa etapa da vida. Não basta ter escola; a escola precisa desenvolver plenamente tanto os aspectos cognitivos como os socioemocionais. Isso amplia as chances de a criança concluir o Ensino Médio (estima-se em 44%) e de vir a ter, no futuro, menos problemas prisionais (estima-se em 35%), além de maiores ganhos no campo financeiro. Empatia, resiliência, colaboração e criatividade são algumas das habilidades que precisam ser estimuladas nessa fase do desenvolvimento infantil.

Muitos municípios brasileiros têm usado as parcerias público-privadas (PPP) para ampliar principalmente a oferta de vagas em creches. Creio que pode ser uma boa estratégia, em especial porque um dos maiores problemas que o gestor municipal encontra, seja para construir ou para ampliar creches, é a limitação

---

8. COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. *O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem*. NCPI, 2014. Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento>.

de espaços físicos. Contudo, é importante estabelecer padrões de qualidade e fazer um trabalho sério de supervisão escolar.

A primeira infância e a alfabetização da criança até os 7 anos de vida, como tão bem faz o estado do Ceará, devem ser o eixo de trabalho prioritário dos gestores municipais, sem esquecer, naturalmente, seu compromisso com a aprendizagem escolar ao longo de todo o Ensino Fundamental, em colaboração com o estado e a União.

*Correio Braziliense*, 3 de dezembro de 2020.

# Colaboração na Educação

Uma das razões da falta de efetividade do Plano Nacional de Educação (PNE) no cumprimento das metas estabelecidas é a dificuldade que o país tem de colocar em prática o regime de colaboração. O artigo 205 da Constituição Federal é muito claro quando afirma que, para oferecer uma Educação de qualidade, é preciso trabalhar em colaboração. Quem melhor faz isso no Brasil é o Ceará, que exibe como um dos frutos da colaboração entre estado e municípios o exitoso programa de alfabetização das crianças cearenses.

Não é por falta de instrumento que não se consegue colocar em prática o regime de colaboração. O artigo 7º do PNE, em seu inciso 7º, ressalta que os arranjos de desenvolvimento da Educação podem ser estratégicos para essa finalidade. Tais arranjos são um modelo de trabalho em rede (a chamada colaboração horizontal), em que municípios com proximidade geográfica e características sociais e educacionais semelhantes buscam trocar experiências, planejar e trabalhar em conjunto – e não mais isoladamente –, somando esforços, recursos e competências para solucionar as dificuldades na área da Educação.

Desde 2009, algumas regiões brasileiras, prefeituras, escolas e educadores vêm trabalhando de acordo com essa concepção, porém tais iniciativas decorrem muito mais do resultado da articulação da sociedade civil com os municípios do que de uma ação organizada e induzida pelo Ministério da Educação (MEC), órgão que poderia coordená-las nacionalmente.

Agora surge uma real possibilidade de isso acontecer, em função da homologação pelo MEC, em 2020, do parecer produzido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre esse tema, propondo diretrizes operacionais para colocar em prática esse valioso instrumento de colaboração. Isso se dá em um momento muito

oportuno, em que mais do que nunca os municípios precisarão trabalhar em conjunto para vencer os déficits de aprendizagens que foram fortemente ampliados durante a pandemia.

Esse modelo colaborativo de atuação no campo da Educação tem se mostrado importante sobretudo para os pequenos municípios, que sofrem com a falta de recursos humanos e financeiros. Os resultados verificados nos últimos dez anos podem ser encontrados no livro *Cooperação intermunicipal: experiências de arranjos de desenvolvimento da Educação no Brasil*, do pesquisador da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo Fernando Luiz Abrucio (Curitiba: Instituto Positivo, 2017). Trabalhando juntos, eles têm conseguido enfrentar com mais eficiência os desafios comuns, especialmente na redução das desigualdades educacionais.

*Jornal do Commercio*, 23 de agosto de 2021.

# Analfabetismo

Em pleno século 21, o Brasil ainda se debate com a questão do analfabetismo. Em 8 de setembro, um dia após a data da Independência, é comemorado o Dia Mundial da Alfabetização, criado em 1967 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com o objetivo de discutir questões ligadas à alfabetização em todo o mundo e promover um amplo debate sobre a importância desse tema, principalmente em países que ainda têm taxas de analfabetismo elevadas, como é o caso do Brasil.

A alfabetização é a base de todo o processo educacional. Aqui, ainda temos 11 milhões de pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever uma simples frase ou fazer uma simples operação matemática, o que corresponde a 6,6% dessa faixa populacional. No Nordeste, esse percentual salta para 13,9%. A maioria tem mais de 60 anos de idade e vive na zona rural. Isso é muito triste, porque essas pessoas podem morrer sem ter exercido plenamente sua condição cidadã. A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) era chegar, em 2015, à taxa de 6,5%. O principal objetivo é erradicar o analfabetismo até 2024, porém, pelo que se vê, não conseguiremos.

Alfabetizar jovens e adultos não é uma tarefa simples, mas precisa ser feita. A Educação, como prevê nossa Constituição, é um direito de todos. É dever do Estado e da família oferecer, em colaboração com a sociedade, uma Educação que desenvolva plenamente os indivíduos ao longo da vida. Esses 11 milhões de brasileiros nem sequer conseguiram dar a largada nesse processo. Para ter êxito, é preciso um grande esforço de mobilização nacional, e quem fez isso pela última vez foi o então ministro da Educação Cristovam Buarque. Pena que o pouco tempo na função não lhe permitiu o êxito esperado em erradicar o analfabetismo em nosso país.

Além do contingente mencionado, há os chamados analfabetos funcionais, pessoas que não são capazes de compreender e

interpretar um texto simples. Nesse caso, são 38 milhões, ou seja, 3 em cada 10 brasileiros na faixa etária de 15 a 64 anos encontram-se nessa condição. O país precisa olhar de modo mais atento para essa situação, pois coloca em risco o próprio futuro no ambiente globalizado, no qual tem de competir com nações desenvolvidas que conseguiram fazer isso há mais de um século e agora se debruçam em questões de fronteira no campo da Educação.

Por ironia do destino, comemoramos, em setembro de 2021 e com toda a justiça, os 100 anos de Paulo Freire, nosso mais importante educador, conhecido mundialmente por seu trabalho no campo da alfabetização de jovens e adultos. É preciso cada vez mais criar a “paixão” (e não apenas o hábito) pela leitura, como dizia nosso também saudoso Ariano Suassuna. O Brasil só será verdadeiramente independente quando for capaz de oferecer uma Educação plena a todos os seus cidadãos.

*Jornal do Commercio, 20 de setembro de 2021.*

# Ensino Superior

O Brasil ainda está muito longe da meta de crescimento de matrículas para o Ensino Superior prevista no Plano Nacional de Educação (PNE). Esperava-se para 2024 uma taxa líquida de matrícula (percentual de estudantes de 18 a 24 anos cursando esse nível educacional para o total dessa faixa etária) de 33% – e essa já era a meta do PNE de 2010! Atualmente, o país tem apenas 21% de taxa líquida, muito abaixo dos indicadores de países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai.

É preciso reconhecer o esforço dos últimos 20 anos, em que o Brasil mais do que triplicou o número de matrículas no Ensino Superior, alcançando a marca atual de 8,5 milhões. Boa parte desse crescimento se deu no setor privado, em decorrência da política de acesso por meio de financiamento público oferecida pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e pelo Programa Universidade para Todos (Prouni). Nos últimos anos, houve um nítido crescimento da modalidade de ensino a distância (EaD).

Por outro lado, muito se tem questionado sobre a qualidade dessa oferta. De fato, o problema começa já no ingresso. Um percentual importante de ingressantes no setor privado de Ensino Superior não alcança o escore de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nota abaixo da qual o estudante não obterá o certificado de Ensino Médio, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Outro grave problema que afeta o crescimento do Ensino Superior refere-se à alta taxa de desistência. Um estudo do Inep para monitorar todos os ingressantes em cursos de graduação em 2011<sup>9</sup>

---

9. EVOLUÇÃO da média dos indicadores de trajetória dos ingressantes em cursos de graduação em 2011 – Brasil 2011-2020. In: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas*. Brasília: Inep, 2022. p. 34-36. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf).

mostrou que, ao chegar a 2020, ano em que presumivelmente todos deveriam ter concluído os estudos, 59 de cada 100 tinham desistido do curso superior – um exemplo absurdo de ineficiência do sistema. Essa ineficiência não é só do setor privado, mas também do público. No setor privado, a taxa de desistência é de 60%; no setor público federal, de 55%; e, no estadual, de 50%. Alguém poderia de imediato pensar que isso decorre do ensino a distância. Ledo engano. A taxa de desistência no ensino presencial é de 58%, e no EaD, de 62% – portanto, não muito diferente.

Contudo, o mesmo estudo revelou que os alunos que tinham financiamento por meio do Fies ou do Prouni apresentaram taxas de desistência bem menores, daí a importância de tais programas. De fato, da maneira como foi pensado, o Fies não tinha sustentabilidade e virou uma grande bola de neve, saltando de R\$ 1 bilhão para R\$ 30 bilhões em poucos anos no orçamento do Ministério da Educação. O governo poderia pensar em um Fies de qualidade, apenas destinado a cursos inovadores, por exemplo, no campo da formação de professores. O Prouni é absolutamente sustentável e precisa ser mantido.

*Jornal do Commercio*, 4 de outubro de 2021.

# O futuro passa pela Educação

Há uma relação positiva entre produtividade média do trabalhador e anos de escolaridade. No Brasil, cada ano de escolaridade a mais impacta em 11% a renda do trabalhador, em média. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, para aqueles que concluíram o Ensino Superior e cujos pais não têm instrução, o salário médio inicial é de R\$ 2.603,00; quando os pais têm curso superior, esse valor chega a R\$ 6.739,00. Segundo o autor dessa pesquisa, o economista Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, o retorno da Educação será tanto maior quanto maior for a Educação dos pais, por causa da bagagem familiar, de suas conexões sociais e da qualidade da Educação.

Quando comparado com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil tem um percentual relativamente baixo de jovens de 18 a 24 anos matriculados no Ensino Superior, algo próximo a 21%. A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é alcançar 33% até 2024, o que por certo não ocorrerá, sobretudo agora que o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) praticamente não mais existe, sem esquecer o impacto da pandemia na evasão. O Fies e o Programa Universidade para Todos (Prouni) foram, nos últimos anos, os dois propulsores do crescimento das matrículas pelo viés do setor privado, que detém cerca de 75% delas. Para termos uma ideia do impacto desses dois programas, o número de matriculados no Ensino Superior privado passou de 4,7 milhões em 2010 para 6,3 milhões em 2018.

Outro segmento que merece atenção é a modalidade do Ensino Técnico Profissionalizante: atualmente, são 1,9 milhão de matrículas, mas a meta do PNE é chegar a 5,2 milhões até 2024, o que também não deve ocorrer.

É preciso reconhecer que o Brasil terá de fazer um grande esforço no crescimento das matrículas tanto no Ensino Superior como no Ensino Técnico Profissionalizante. Aqui não se aplica, portanto, a popular escolha de Sofia, caso o país queira ser protagonista no cenário mundial. Recursos humanos de qualidade nos dois segmentos vão gerar ganhos de produtividade, com impacto direto na redução das desigualdades sociais e econômicas.

Para que esse crescimento ocorra, é necessário ampliar os atuais investimentos. Por outro lado, é importante também reconhecer que é preciso melhorar a eficiência na aplicação desses recursos. Um dos fatores que contribuíram para o fim do Fies foi a conduta de algumas instituições privadas, que aproveitaram para majorar o valor aluno/ano praticado, quando deveria ter ocorrido o inverso, já que o fundo era um recurso líquido e seguro. Além disso, esperava-se que os primeiros alunos formados em decorrência do financiamento do Fies pudessem pagar as mensalidades, mas, como não houve o crescimento econômico previsto, a estratégia não se sustentou, e hoje há um grande rombo no programa.

Até pouco tempo atrás, o Brasil vinha ampliando de maneira sistemática o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) em Educação, o que foi decisivo para a expansão das matrículas. Isso precisa voltar a acontecer, pois aqui o investimento por aluno/ano ainda está muito aquém do praticado pelos países da OCDE. No entanto, também é imperativo que esses recursos sejam aplicados com mais eficiência e eficácia. Gastar o dinheiro público corretamente do ponto de vista contábil não é mérito, e sim obrigação de todo gestor público honesto. O mérito decorre da capacidade de aplicá-lo com impacto direto na qualidade.

Portanto, uma política baseada em mais investimentos com melhor gestão passa a ser estratégica para o futuro do Brasil, pois o aumento da escolaridade com qualidade na oferta educacional, em todos os níveis e modalidades, terá um impacto direto no PIB do país e, conseqüentemente, no aumento de sua riqueza. O país precisa voltar a crescer; só assim teremos maiores oportunidades de empregabilidade e renda e conseguiremos reduzir as desigualdades sociais.

*Correio Braziliense*, 4 de novembro de 2021.

# Investir mais e melhor na Educação

O artigo “Maioria dos municípios avaliados no Nordeste diminuiu investimento em Educação em 2020. Olinda teve pior queda”, publicado por Jamildo Melo em seu *blog* do *Jornal do Commercio* de 3 de janeiro de 2022, trouxe informações relevantes e preocupantes sobre a capacidade de gastos dos municípios em Educação, com base nos dados divulgados no anuário *Multi Cidades – finanças dos municípios do Brasil*, lançado pela Frente Nacional dos Prefeitos.

As despesas municipais com Educação vinham crescendo de 2017 a 2019, passando de R\$ 169,25 bilhões para R\$ 182,56 bilhões, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2020. Entretanto, de 2019 a 2020, houve uma queda de 5,3%, como resultado da pandemia, que levou ao fechamento de escolas e ao isolamento social; com isso, as despesas com formação de professores, merenda e transporte escolar, luz, água, segurança e outros insumos foram substancialmente impactadas. Por conta dessa realidade, tramitou no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC) para que excepcionalmente em 2020 não fosse cobrado dos estados e municípios o cumprimento dos 25% obrigatórios com gastos em Educação, conforme prevê o artigo 212 da Constituição Federal.

O anuário *Multi Cidades* é muito rico em informações. A maior retração de gastos com Educação foi verificada na Região Sul, com -7,0%; levando em conta o tamanho, o maior impacto ocorreu nos pequenos municípios, onde a população é inferior a 20 mil habitantes, com -8,6% de recuo. Por isso, insisto em que tais municípios, para não ficarem para trás, precisam trabalhar em regime de colaboração territorial no contexto dos arranjos de desenvolvimento da Educação, como prevê o artigo 7º, parágrafo 7º, do Plano Nacional de Educação (PNE).

Outro ponto que chama a atenção, como mostrou o *blog* de Jamildo, foi a retração em muitos municípios nordestinos, exatamente onde os dados de aprendizagem escolar e de desigualdade educacional são bem preocupantes. Todavia, também se destaca a disparidade entre os valores despendidos em Educação por aluno/ano e os respectivos resultados de aprendizagem nos municípios considerados no anuário. Por exemplo, Teresina aplica R\$ 5.729,18 por aluno/ano e tem Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 7,4 para os anos iniciais do Ensino Fundamental; por outro lado, Salvador aplica R\$ 9.091,16 por aluno/ano, enquanto seu Ideb é de 5,9.

Em Pernambuco, dentre os municípios estudados, Olinda é o que apresenta o pior Ideb e o que sofreu a maior retração de gastos com Educação (-22,1%) de 2019 para 2020; o município tem um gasto por aluno/ano relativamente baixo, de R\$ 5.283,76, para um Ideb de 5,0. Recife, por sua vez, aplica quase o dobro por aluno/ano, R\$ 10.272,17, para um Ideb levemente melhor, de 5,2, e Petrolina investe R\$ 6.064,64 por aluno/ano, com um Ideb de 6,2, o melhor resultado entre os pernambucanos.

Esses resultados mostram que o Brasil pode aprender com o Brasil, ou seja, que existem municípios que podem ensinar outros a proporcionar uma boa Educação, equilibrando os investimentos com boa gestão e foco no aprendizado do aluno.

*Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 2022.

# Gestão pública da Educação

O controle da gestão pública não envolve apenas o aspecto da legalidade, isto é, se as ações do governo estão de acordo com as leis e os regulamentos. Os órgãos de controle, de maneira correta, estão indo muito além, procurando analisar o que se costuma chamar de três Es: a eficiência – se as políticas governamentais vêm produzindo os resultados esperados a um custo razoável (relação custo-benefício); a eficácia – se as metas e os objetivos do governo têm sido alcançados; e, finalmente, a efetividade – se a população sente-se satisfeita com os serviços que lhe são prestados. Em outras palavras, se a política está, de fato, melhorando a qualidade de vida da população.

Quando reeleito reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1999, tomei como prioridade a qualidade da gestão e, para isso, me pautei em duas importantes avaliações internacionais da UFPE: a primeira pelo Conselho de Reitores das Universidades Europeias, e a segunda pela Middle States Association (MSA), órgão que avalia as universidades e as escolas norte-americanas. Ambas me mostraram que era preciso investir na profissionalização da gestão, trabalhando com indicadores claros de avaliação e de gestão. Por isso, procurei à época o então presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campello, para propor que o órgão também avaliasse a UFPE por indicadores de desempenho. Aquilo o surpreendeu, pois não seria esperado de um gestor público que ampliasse o “sarrafo” da avaliação. Ele resolveu investir na proposta, e a UFPE foi a primeira universidade pública a ser avaliada com base em desempenho, e não apenas em critérios contábeis. Costumo dizer que gastar o dinheiro público de maneira correta não é mérito do gestor, mas sua primeira obrigação. O mérito está na qualidade do gasto, tomando como referência os três Es.

Passados 20 anos, ainda deparamos com uma tremenda falta de profissionalização na gestão. O Censo da Educação Básica de 2021 mostrou que cerca de 70% dos diretores escolares ou são escolhidos politicamente pelo prefeito do município ou por meio de eleições nas escolas. As pesquisas indicam que gestores escolares preparados – que passaram por um curso de formação que vai além dos aspectos meramente pedagógicos, incluindo também a gestão dos recursos humanos e financeiros e o bom uso das tecnologias de informação e comunicação – podem fazer uma enorme diferença na aprendizagem dos alunos. Depois do professor, a qualidade do diretor é o fator intraescolar que mais importa. As mesmas pesquisas apontam que um gestor eficaz impacta em 12 pontos, em média, os resultados da escola em língua portuguesa e em matemática.

Na pandemia, ficou evidente que gestores preparados – capazes de liderar a comunidade, dando transparência às medidas que precisavam ser adotadas para o enfrentamento da covid, tanto na necessidade de fechar as escolas como na de abri-las com segurança, o que incluía a participação das famílias como parceiras estratégicas – tiveram resultados expressivos no combate à evasão escolar e na retomada do próprio processo de aprendizagem.

Estamos vivendo um cenário cada vez mais disruptivo, que precisará mais do que nunca de bons gestores, lideranças respeitadas por suas comunidades e com uma sólida formação em gestão. Penso que é hora de os estados e municípios, em colaboração com os órgãos de controle, criarem escolas de gestores como uma etapa preliminar ao exercício da gestão escolar.

*Jornal do Commercio, 14 de março de 2022.*

# Gastamos pouco ou muito em Educação?

Sempre que se discute a questão do financiamento da Educação pública no Brasil, duas correntes de pensamento se colocam: uma, especialmente conduzida por economistas, entende que o Brasil gasta muito e mal; outra, a dos gestores públicos da Educação, afirma que o país precisa ainda fazer um grande esforço no investimento público em Educação, embora reconheça que é necessário melhorar a qualidade desse investimento. Por isso, gostaria de começar apresentando algumas premissas que, a meu ver, são importantes para tratar da questão do financiamento público em Educação no Brasil.

A primeira premissa é que o país, de fato, levando em conta o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) aplicado em Educação, investe relativamente mais que outras nações. Por exemplo, dados de 2017 mostram que o percentual do PIB investido pelo Brasil é de 5,1%, enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 4,0%.

Então, vem a segunda premissa, com base em pesquisas que indicam que o nível de investimento por aluno é o que importa, sobretudo para países que ainda gastam um valor relativamente baixo em Educação, como é o caso do Brasil. Não se trata de uma contradição, mas do reflexo de um contingente de atendimento escolar de 48 milhões de crianças, jovens e adultos brasileiros que precisam concluir a Educação Básica. Também de acordo com dados de 2017, o investimento anual por aluno na Educação, medido em dólares e considerando a paridade do poder de compra dos diferentes países analisados, é de US\$ 3.873,00 no Brasil, enquanto a média nos países da OCDE é de US\$ 9.670,00; já o Chile e a Argentina investem, respectivamente, US\$ 5.925,00 e US\$ 4.366,00. Além disso, as mesmas pesquisas mostram que, até um patamar

de US\$ 8.000,00, cada US\$ 1.000,00 adicionais por aluno estão associados a 14 pontos a mais no exame do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

A terceira premissa é que o investimento no país é ainda muito desigual: 46% das redes públicas só conseguem investir até R\$ 4.300,00 por aluno/ano, tomando como referência dados de 2015. Essas análises, realizadas pelo movimento Todos Pela Educação,<sup>10</sup> revelam que abaixo desse valor, mesmo com boa gestão, é muito difícil obter resultados satisfatórios de aprendizagem, comparando os municípios com os respectivos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Portanto, há ainda uma grande assimetria no país em termos de investimento por aluno/ano nos municípios brasileiros.

Concluindo, o Brasil ainda precisa se esforçar para elevar os investimentos em Educação, considerando o valor aluno/ano, e, sem dúvida, tem de empregar melhor esses recursos, em termos de eficiência, eficácia e efetividade.

*Jornal do Commercio, 28 de março de 2022.*

---

10. ANÁLISE da relação entre investimento por aluno e qualidade do ensino: nota técnica. Todos Pela Educação, ago. 2019. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/319.pdf?477736800](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/319.pdf?477736800).

# A nova fotografia do Ensino Superior

Os dados do Censo da Educação Superior de 2020 trazem a confirmação de algumas tendências e mostram como a quase extinção do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e a pandemia estão contribuindo para que elas se consolidem mais rapidamente. O primeiro fato que nos chama a atenção é a predominância, pela primeira vez, do número de ingressantes no Ensino Superior pela modalidade do ensino a distância (EaD) em relação ao presencial: 2.008.979 no EaD e 1.756.690 no presencial. O crescimento no EaD, de 2019 para 2020, ocorreu tanto na rede pública como na privada: na pública foi de 48,8%, e na privada, de 25,7%; em números absolutos, isso corresponde, respectivamente, a 15.841 e 400.954 ingressantes a mais pelo EaD de 2019 para 2020.

No que se refere à faixa etária, 47,8% dos estudantes de graduação têm até 24 anos: na rede privada esse percentual é menor (43,7%) que na pública (62%). A partir dos 25 anos, a situação se inverte: por exemplo, na faixa dos 25 aos 39 anos, 42,7% dos alunos estão matriculados no setor privado, e 31,5%, no público.

Quanto aos concluintes, considerando ambas as modalidades, presencial e EaD, de 2019 para 2020 houve um aumento de 7,6% na rede privada e uma queda de 18,8% na pública; em números absolutos, isso corresponde, respectivamente, a um crescimento de concluintes no setor privado de 75.735 e a uma redução de 47.219 no público – é interessante salientar que esse número do setor público é, na verdade, a diferença da queda de 52.860 concluintes no ensino presencial e do aumento de 5.641 no EaD.

Na rede privada, 64,4% dos alunos concluíram cursos presenciais, enquanto 35,6% o fizeram na modalidade EaD. Essa diferença, porém, já foi bem maior. Por exemplo, em 2010, 83,2% dos concluintes eram do ensino presencial, e apenas 16,8%, do EaD.

Isso mostra que a força do ensino a distância se faz cada vez mais presente não só entre os ingressantes, como também entre os concluintes.

No que se refere às matrículas, houve um crescimento de 0,9% de 2019 para 2020, como resultado de um aumento de 3,1% na rede privada e de uma queda de 6% na pública. O número de alunos matriculados, em 2020, no Ensino Superior era de 8.680.945; destes, 77%, ou seja, 6.724.339, estavam na rede privada. Mais uma vez se confirmava a tendência de queda na modalidade presencial, tanto no setor público como no privado, e um crescimento notável do EaD no privado. Nos cursos presenciais, o número de matrículas caiu 9,4%: queda de 10,8% na rede privada e de 6,4% na pública. No EaD, houve um aumento significativo de 28,6% de matrículas na rede privada, o que equivale, em números absolutos, a 655.823 matrículas a mais nessa modalidade de 2019 para 2020. A diferença do ensino presencial para o EaD no setor privado vem caindo de maneira substancial na última década. Em 2010, na rede privada, eram 83,2% matriculados no ensino presencial e 16,8% no EaD; em 2020, esses percentuais chegaram, respectivamente, a 56,2% e 43,8%. Como já há mais ingressantes em cursos a distância do que em presenciais, em breve as matrículas no EaD superarão aquelas no presencial.

Reforçando o que afirmei no início do artigo, essa tendência forte de crescimento no EaD decorre, em minha opinião, da conjugação de dois fatores: a quase extinção do Fies e a pandemia, que aumentou o desemprego e a perda relativa de renda. Em 2014, 21,3% dos alunos estudavam com apoio do Fies; hoje esse percentual é de apenas 1,2%. Sem Fies e sem renda, o caminho mais viável para cursar o Ensino Superior passou a ser o do EaD, cuja mensalidade é, em média, cinco vezes menor que a praticada no ensino presencial.

Com o aumento da oferta na modalidade EaD, verifica-se uma queda tanto no número de docentes em exercício como no de funcionários e técnicos. O número de docentes caiu 5,1% em 2020: na rede privada, a queda ficou em 7,0%, e, na pública, em 2,9%. Quanto aos funcionários, a queda foi de 8,9% no total: na rede privada, chegou a 14,8%, e, na pública, a 2,3%.

Não só o Ensino Superior, mas a Educação de maneira geral, passa por uma metamorfose. São novos tempos, e ainda não conhecemos o real impacto que o chamado metaverso (e o ChatGPT)<sup>11</sup> podem causar em tudo isso.

*Correio Braziliense*, 3 de março de 2022.

---

11. Criado por uma empresa norte-americana e lançado em novembro de 2022, o Chat GPT é uma tecnologia baseada em inteligência artificial que “imita” a linguagem humana para responder a perguntas dos usuários com variados graus de complexidade.

# Educação, desigualdade e trabalho

Ao analisar as inúmeras crises e perdas ocasionadas pela pandemia no país, como o aumento da fome e do desemprego, este último começa a cair com a retomada do crescimento econômico, apesar de ser ainda tímido. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego é de 11,1%,<sup>12</sup> mas há desigualdades importantes quando se levam em conta aspectos regionais, de gênero e de idade. No Nordeste, a taxa de desemprego é de 13,8%, e, na Região Sul, 6,8%; entre as mulheres, é de 13,4%, perante 9,2% dos homens. Em relação ao fator idade, o Censo mostra que o desemprego é ainda maior entre jovens de 18 a 24 anos, com 23%,<sup>13</sup> enquanto na faixa etária de 25 a 59 anos essa taxa fica entre 6% e 10%.

Não é possível falarmos em igualdade quando o assunto é a falta de emprego. Ao contrário, o cenário evidencia que estamos, mais uma vez, em meio a um oceano de desigualdades. Há parcelas da população que sofrem ainda mais. Os jovens nordestinos, em especial aqueles que não conseguiram sequer terminar o Ensino Médio, são um exemplo dessa agrura. Isso porque o Nordeste depende sobretudo do setor de serviços para se aproximar da recuperação, diferentemente de outras regiões mais industrializadas, como o Sudeste. A baixa escolaridade é também um grande entrave para que o jovem entre no mercado de trabalho, o que, por sua vez, intensifica ainda mais a violência e interfere diretamente na segurança pública.

---

12. Dados do quarto trimestre de 2021.

13. Dados do primeiro trimestre de 2022.

Esse círculo vicioso só aumenta as desigualdades e faz com que os mais pobres tenham cada vez menos oportunidades. Uma pesquisa feita em 2021 pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) mostrou que 58,3% dos brasileiros não haviam concluído o Ensino Médio. Por si só, o dado já entristece, mas o estudo revelou algo mais grave: esse índice representa a escolaridade dos pais dos respondentes, ou seja, é um problema que se repete de uma geração para outra. Isso prova que a Educação é a chave para o enfrentamento da desigualdade social e econômica.

No entanto, a Educação, em comparação a outras áreas, avançou pouco, especialmente quanto ao uso das novas tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem, sobretudo no setor público. Não basta introduzir tecnologia; é preciso preparar os professores para usá-la de maneira adequada.

Deve-se também considerar nessa mudança a necessidade de uma escola que mude a arquitetura da sala de aula, que ainda é do século 18. Como desenvolver colaboração, criatividade, pensamento crítico, abertura ao novo – competências tão importantes para viver no século 21 – em uma escola em que os alunos estão enfileirados e o professor é um mero repassador de conteúdos, muitos dos quais já estão na internet?

Sem essas e outras mudanças, a escola continuará distante da realidade dos jovens e, assim, sem prepará-los adequadamente para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Por isso, muitos deles a abandonam antes de terminar a escolaridade básica. O jovem quer uma escola que caiba na vida. Essa deveria ser nossa bússola.

*Jornal do Commercio*, 18 de julho de 2022.

# Colaboração intermunicipal

A pandemia fez um grande estrago na Educação em nosso país. Sem professores capacitados e sem conectividade digital, as escolas não estavam preparadas para o uso das novas tecnologias. Isso sem falar no grande número de dias que elas ficaram fechadas, com um impacto sem precedentes nas aprendizagens dos alunos e no aumento das desigualdades educacionais. Esse impacto foi ainda maior nos municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes).

A colaboração é o caminho mais apropriado para o enfrentamento desse desafio, conforme apregoa a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em seu documento *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação*.<sup>14</sup> Como sublinhamos em outro artigo,<sup>15</sup> o Brasil tem um instrumento poderoso para colocar em prática essa colaboração, recentemente tratado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no que é hoje conhecido como arranjos de desenvolvimento da Educação (ADEs), mediante a produção do Parecer CNE/CEB n° 7/2020, homologado pelo MEC e publicado no *Diário Oficial da União* de 16 de agosto de 2021, Seção 1, p. 28. Tal parecer não só traz os principais aprendizados obtidos pelos ADEs ao longo desses quase 15 anos,<sup>16</sup> mas também explicita novas “janelas de oportunidade”, de colaboração e de parcerias, demonstrando que esse instrumento pode contribuir para o avanço das recentes legislações e normas da Educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

---

14. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379381\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379381_por).

15. Ver “Colaboração na Educação”, p. 41.

16. Os primeiros arranjos começaram em 2008.

Os ADEs representam uma forma de colaboração territorial entre municípios, visando assegurar o direito à Educação de qualidade e a seu desenvolvimento territorial e geopolítico. Constituem, na verdade, um instrumento por meio do qual os municípios podem buscar alternativas para suplementar as políticas educacionais dos governos federal e estadual, elaborando políticas regionais mais eficientes, já que são concebidas de acordo com a realidade local.<sup>17</sup>

Ao comparar os ADEs ativos até 2019 com a base de dados do porte dos municípios fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, percebe-se que 66% daqueles que preferem se organizar nesse regime de colaboração horizontal são de pequeno porte. Esse percentual passa para 88% quando se incluem os de médio porte do tipo I (de 20 mil a 100 mil habitantes). Constata-se, assim, que os ADEs têm sido escolha prioritária de municípios de pequeno e médio porte do tipo I, e não de municípios de médio porte do tipo II ou de grande porte (acima de 500 mil habitantes). Os municípios de pequeno porte, por suas múltiplas carências, são os que mais precisarão de um trabalho colaborativo para vencer os desafios das recomposições das aprendizagens escolares. Nesse sentido, podem encontrar na BNCC uma bússola importante para identificar as aprendizagens essenciais que todos os alunos da Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio, terão de desenvolver.

O papel de cada estado é fundamental nessa articulação intermunicipal. Os governantes poderão se valer dos ADEs como um instrumento estratégico na perspectiva de reduzir as desigualdades educacionais com forte impacto nos municípios de pequeno porte.

*Jornal do Commercio*, 1 de agosto de 2022.

---

17. Cf. NICOLETI, J. E. *Arranjos de desenvolvimento da Educação: uma alternativa partilhada de gestão municipal da Educação*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/122046>.

# Formação de professores

A formação de professores é possivelmente o tema que mais divide opiniões na área da Educação. Uma coisa, porém, é certa: a qualidade do professor, segundo pesquisas e estudos de relevância acadêmica, é o fator intraescolar que mais impacta a aprendizagem escolar.<sup>18</sup> E por que divide opiniões? Há várias questões em jogo, a começar pela carga horária destinada à formação. Hoje, segundo a Resolução CNE/CP nº 2/2019, destinam-se pelo menos 3.200 horas para formar um professor. No entanto, para chegar a esse número, acompanhando a resolução anterior do próprio Conselho Nacional de Educação (CNE), o debate não foi trivial.

Outro ponto relevante é quanto dessas 3.200 horas deveria ser destinado à formação prática. Na época da elaboração da resolução citada, com base em estudos e pesquisas, houve um clamor a respeito da necessidade de fortalecê-la, já que a formação no Brasil – comparada à de outros países que estão no topo da Educação mundial – era muito teórica, e pouca atenção se dava a uma formação prática que dialogasse com o chão de escola. Hoje são 800 horas, o que equivale a 25% do total, começando já no primeiro ano de curso.

Outro aspecto importante é saber de que formação estamos falando: daquela mais vinculada ao conteudismo, que não mais dialoga com um mundo disruptivo, ou daquela baseada no desenvolvimento de habilidades e competências? Certa vez, em visita ao Instituto Nacional de Educação de Singapura, um dos mais

---

18. Ver, por exemplo: RIVKIN, S. G.; HANUSHEK, E. A.; KAIN, J. F. Teachers, schools, and academic achievement. *Econometrica*, v. 73, n. 2, p. 417-458, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0262.2005.00584.x>.

conceituados do mundo, os professores da instituição ficaram impressionados com a quantidade de teoria destinada à formação docente no Brasil – ou seja, muita teoria e pouca prática. Segundo Richard Hamming, matemático norte-americano falecido no final da década de 1990, os professores deveriam preparar o aluno para o futuro do aluno, e não para o passado do professor.

Outra questão em jogo consiste em como usar as novas tecnologias na formação docente. A pandemia nos mostrou claramente que não apenas nossos professores, mas os de quase todas as partes do mundo, não estavam preparados para empregá-las nos processos de ensino e de aprendizagem. Nesse contexto se insere o debate da formação presencial *versus* a distância; hoje, no Brasil, a maior parte dos cursos de formação docente se dá pela modalidade do ensino a distância (EaD), e o pior: muitas vezes, em instituições que não procuram resguardar o compromisso com a qualidade, aplicando um *ticket* médio bem inferior ao que se espera em uma formação séria e de boa qualidade. Por isso defendo a criação de um Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) específico para cursos com currículos inovadores no campo da formação de professores.

Por fim, todas as vezes em que o tema vem à baila, surge um clima pouco favorável a uma discussão serena e equilibrada, tendo como referência o que a ciência e as pesquisas nos vêm mostrando para uma formação docente que dialogue com o futuro do aluno. Não podemos fazer disso uma cruzada, mas uma oportunidade para construir formações inovadoras e criativas tão necessárias para um mundo disruptivo.

*Jornal do Commercio*, 12 de setembro de 2022.

# O futuro em jogo

Os resultados relativos a 2021 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), integrante do sistema de avaliação do Ensino Superior brasileiro, e os dados levantados pela empresa Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), por solicitação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), descortinaram preocupações reais com o futuro do Brasil, entendendo que a Educação é o fator mais relevante para a prosperidade segura de qualquer país.

Dos resultados do Enade, apesar de algumas limitações e críticas que por vezes emergem, é possível extrair muitas informações para melhorar a oferta dos cursos de graduação. Em 2021, uma das áreas avaliadas foi a dos cursos de licenciatura, responsáveis pela formação de professores para a Educação Básica. Um resultado que acende uma luz vermelha refere-se à qualidade dessa formação, já que 150 mil docentes recém-formados se encontram no nível de desempenho 2, um patamar muito baixo, com impacto direto na qualidade da Educação Básica. Além disso, boa parte deles é oriunda de cursos a distância, oferecidos por instituições que muitas vezes não estão preocupadas com a qualidade – e o desempenho em questão é um reflexo disso. Se levarmos em conta que a qualidade do professor, dentre os fatores intraescolares, é o mais relevante para a aprendizagem dos alunos, estamos literalmente sem perspectivas no que toca à qualidade do ensino ministrado em nossas escolas.

Já os dados relatados pelo Unicef revelam que 2 milhões de adolescentes e jovens estão sem estudar no Brasil, o que representa 11% da população da faixa etária de 11 a 19 anos. Isso levou a entidade a emitir um alerta ao Brasil para cobrar dos governantes um olhar mais atento à Educação em termos de prioridade. Entre os principais motivos do abandono escolar estão a necessidade de trabalhar e cuidar de familiares e a ausência de aulas presenciais durante a pandemia. Adolescentes e jovens das classes D e E têm

quatro vezes mais chances de abandonar a escola do que as dos grupos A e B.

Passadas as eleições, urge que os próximos governantes construam uma aliança nacional suprapartidária em prol da Educação brasileira. O país precisa entender que não haverá economia forte em médio e longo prazos se não houver gente muito bem formada, jovens aptos a exercer atividades laborais na fronteira do conhecimento. Muitos daqueles que abandonam a escola para trabalhar exercerão funções primárias no campo laboral – o chamado subemprego – e em breve estarão fora do mercado, engrossando a fileira dos que não trabalham nem estudam.

Se considerarmos também que no Brasil a pirâmide demográfica está em franca mudança – a base encolhe e o topo se alarga e cresce –, vamos precisar como nunca de jovens muito bem preparados. Quando percebeu, há décadas, esse movimento, a Coreia do Sul priorizou a Educação de suas crianças e de seus jovens como estratégia, visando um futuro seguro e próspero. Uma grande mobilização social foi efetivada, criando o *slogan* “Febre de Educação”. O Brasil tem de acordar enquanto ainda é tempo – e já estamos bem atrasados.

*Jornal do Commercio*, 26 de setembro de 2022.

# Um barco à deriva

Cresce a preocupação no meio educacional quanto ao novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pois até agora as matrizes de referência não foram divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC). Já deveriam ter sido produzidas há algum tempo, estão muito atrasadas, e sem elas as instituições e os especialistas não têm como elaborar itens para compor as provas. Sem esses itens devidamente testados fica comprometido o modelo da teoria da resposta ao item (TRI), uma vez que as testagens permitem classificar cada um deles pelo grau de complexidade, estabelecendo níveis de comparabilidade entre as diferentes edições do exame. Produzir e testar itens leva tempo e é caro. A boa notícia é que todas as redes de ensino homologaram seus novos currículos no âmbito de seus Conselhos Estaduais de Educação.

Sem saber se estão ou não no caminho certo, as redes e os sistemas de ensino já estão oferecendo, conforme manda a legislação, o 2º ano do Novo Ensino Médio, cuja estrutura é constituída de uma parte comum de 1.800 horas para todos os alunos e uma parte flexível de 1.200 horas amparada nas quatro grandes áreas do conhecimento, permitindo, assim, que o aluno opte por aquela que melhor se identifica com seu projeto de vida. Ainda em conformidade com a legislação vigente, esse Novo Ensino Médio deve estar plenamente implantado até 2024 em todas as escolas públicas e particulares do país.<sup>19</sup>

Muito dinheiro já foi investido no Novo Ensino Médio. No entanto, considerando o tamanho das redes públicas e os desafios vinculados a essa última etapa da Educação Básica, será preciso investir ainda mais, especialmente na formação de professores,

---

19. No período de conclusão desta edição, em abril de 2023, o tema encontrava-se bastante polarizado, entre a revogação e o aperfeiçoamento da Lei no 13.415/2017.

de tal maneira que eles estejam preparados para trabalhar na parte flexível do novo modelo, os chamados itinerários formativos. Isso sem falar no quinto eixo, relativo ao Ensino Técnico Profissionalizante. A estratégia majoritariamente seguida pelas escolas e redes de ensino no primeiro ano de implementação, ou seja, 2022, foi a de trabalhar a parte comum e deixar a parte flexível para 2023 e 2024, esperando, assim, pelas matrizes de referência – a bússola para que elas possam oferecer com segurança o Novo Ensino Médio. Um barco sem bússola fica à deriva, e é o que está acontecendo agora com o Novo Ensino Médio.

Por fim, é importante registrar o que disse a então presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Castro: “As mudanças em curso não vão apenas impactar positivamente a vida dos estudantes, mas também servem de estímulo para que as próprias universidades mudem as suas estruturas curriculares”. Espera-se agora do MEC um forte trabalho de coordenação junto aos estados para que de fato essa última etapa da Educação Básica seja implementada adequadamente.

*Jornal do Commercio*, 10 de outubro de 2022.

# Ensino público com bons resultados\*

O compartilhamento de boas práticas entre escolas e entre redes de ensino não é usual no Brasil, mas deveria ser. Temos 5.570 redes municipais de ensino, várias das quais adotam ações interessantes em Educação, que, no entanto, não chegam ao conhecimento das demais. O compartilhamento e a disseminação de boas práticas são extremamente valiosos, sobretudo no atual contexto, em que os desafios históricos do país em relação à aprendizagem e à permanência escolar dos estudantes foram agravados pelo período de pandemia. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021, recém-divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), mostram que houve queda de aprendizagem em língua portuguesa e em matemática em todas as etapas avaliadas.

O Brasil todo tem um longo caminho pela frente para chegar a resultados educacionais equiparáveis, por exemplo, aos dos países desenvolvidos, tomando como referência o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). É importante ainda ressaltar que algumas disciplinas e etapas são mais complexas do que outras, como é o caso da matemática e dos três anos do Ensino Médio, respectivamente.

No livro *Ensino público com bons resultados*, produzido pelo centro de pesquisas Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) em parceria com a Editora Moderna e a Fundação Santillana e com apoio da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

---

\* Este artigo foi escrito em colaboração com Ernesto Faria e Lecticia Maggi, respectivamente diretor-fundador e gerente de comunicação do instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede).

Polo Ribeirão Preto (IEA-RP), há uma compilação de estratégias e ações de redes de ensino de destaque no Ensino Fundamental em relação a cinco eixos estruturantes da Educação: (1) políticas para professores; (2) avaliação e monitoramento da aprendizagem; (3) atuação da Secretaria de Educação; (4) currículo; e (5) material didático. A obra tem distribuição gratuita, e a versão digital está disponível no *site* da Fundação Santillana.<sup>20</sup>

No primeiro eixo, por exemplo, relativo aos professores, as redes têm em comum uma política consolidada de formação continuada e garantem condições para que, junto com os gestores, participem de encontros formativos. Uma das maneiras de fazer isso é por meio de formações continuadas em serviço, já incluídas na carga horária do educador e previstas no calendário escolar. Esses pontos são fundamentais, uma vez que, segundo os questionários do Saeb 2017, mais de 80% dos professores gostariam de ter participado de mais atividades de desenvolvimento profissional nos dois anos anteriores. No entanto, 65% alegaram que não tinham disponibilidade de tempo, e 64%, que houve conflito com o horário de trabalho. Além disso, nas redes de ensino com melhores resultados, as formações são vistas como mecanismos de coesão e de valorização dos profissionais, e aqueles que mais se destacam são convidados a ministrar cursos e palestras aos colegas.

A avaliação e o monitoramento são outros pontos-chave da atuação desses municípios, que, em geral, utilizam instrumentos diversos para o acompanhamento dos estudantes: além das avaliações de larga escala, há avaliações constantes elaboradas pelas secretarias de Educação e pelos professores de cada turma, assim como observações frequentes de sala de aula por coordenadores e gestores. Isso permite que se façam intervenções pedagógicas mais rápidas, evitando que as defasagens de aprendizagem dos alunos se acumulem e que a equipe só descubra ao final do bimestre, por exemplo, que alguns não estão evoluindo da forma esperada e ficando para trás. Nessas redes, as avaliações diagnósticas são

---

20. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/ensino-publico-com-bons-resultados/>.

utilizadas como base para mudanças, servindo para estruturar o reforço escolar e direcionar a formação de professores.

Vale destacar também que, para que as escolas alcancem bons resultados educacionais, a atuação das secretarias de Educação importa muito. Além do óbvio suporte estrutural – disponibilização de recursos materiais, logísticos e humanos às unidades de ensino –, faz muita diferença o apoio pedagógico. Em geral, nas redes de destaque, as equipes das secretarias de Educação atuam de maneira bastante próxima das escolas: desburocratizam e facilitam a comunicação (por WhatsApp, *e-mail*, telefone e pessoalmente); realizam reuniões constantes com os diretores e visitas periódicas às unidades de ensino; e centralizam parte das atividades administrativas, para que as escolas possam ter mais tempo para se dedicar à aprendizagem dos estudantes.

Garantir uma Educação de excelência depende de múltiplos fatores. Talvez o compartilhamento de boas práticas não seja capaz de nos proporcionar indicadores similares aos dos melhores sistemas educacionais do mundo. Entretanto, caso consigamos universalizar os avanços já obtidos por algumas de nossas redes de ensino, milhares de estudantes terão a vida transformada.

*Correio Braziliense*, 6 de outubro de 2022.

# Por um Sistema Nacional de Educação

Em decorrência da pandemia, milhões de crianças e jovens ficaram por três semestres (os dois de 2020 e o primeiro de 2021) sem realizar nenhuma atividade escolar, seja porque não tiveram acesso ao ensino remoto, seja porque não se adaptaram a esse modelo de ensino, seja ainda porque foram compelidos a buscar alguma atividade laboral para complementar a renda familiar. O resultado disso foi um impacto enorme na aprendizagem escolar, como estão nos mostrando as primeiras avaliações. Um dos aspectos que contribuíram muito para isso foi a ausência de coordenação nacional eficaz. Isso trouxe à tona com bastante força a urgência de o país ter um Sistema Nacional de Educação (SNE).

É bom lembrar que a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), estipula em seu artigo 13: “O poder público deverá instituir, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação desta lei, o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação”. Se o país tivesse cumprido o exposto nesse artigo, poderia ter se beneficiado das políticas educacionais perante a pandemia no que se refere à definição de atribuições por parte dos entes federados. Felizmente, o Congresso Nacional retomou a discussão sobre esse tema, impulsionado por diferentes setores da sociedade, dentre os quais o Todos Pela Educação, o Movimento Colabora Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

É urgente regulamentar uma estrutura sistêmica que tenha como principais pilares a definição clara das atribuições da União,

dos estados e dos municípios, a pactuação de políticas públicas em comissões intergestoras, os parâmetros para aferir a qualidade da oferta, o acompanhamento e a participação social, com o envolvimento ativo de conselhos e entidades representativos da sociedade civil. Nesse contexto, o SNE tem por objetivo garantir uma Educação de qualidade para todos os estudantes do país, que os prepare para o exercício pleno da cidadania e para o mundo do trabalho, como prevê o artigo 205 da Constituição Federal. Para essa missão, como a pandemia bem mostrou, o trabalho colaborativo e bem coordenado é importantíssimo para melhorar a governança educacional vigente em nosso país.

A heterogeneidade territorial e educacional do Brasil e a premissa de cooperação entre os entes federados apontam para a pluralidade dos participantes e colaboradores envolvidos no processo educacional. Nesse sentido, vale destacar, por exemplo, o papel estratégico que tiveram os conselhos nacional, estaduais e municipais de Educação. No período da pandemia, tais conselhos, especialmente o Conselho Nacional de Educação (CNE), foram fundamentais, tanto na regulamentação da modalidade de ensino remoto quanto nas orientações relativas ao retorno das atividades escolares presenciais.

A grande urgência nacional, neste momento, é estabelecer meios de enfrentar os déficits de aprendizagem, as desigualdades escolares, que foram acentuadas com a crise sanitária, e o abandono escolar entre os mais jovens. Contudo, nessa agenda não podemos deixar de fora a aprovação do Sistema Nacional de Educação. Dentre as possíveis discussões sobre o tema, uma questão deve estar bem resolvida: prever a articulação dos conselhos na arquitetura do SNE, nos diversos níveis federativos, com os diferentes atores que os compõem. E, para contornar os desafios deixados pela pandemia e assegurar Educação de qualidade em um futuro próximo, a coordenação é a palavra-chave e principal característica do SNE, articulando conselhos, entes federativos, demais entidades representativas e a sociedade civil.

*Jornal do Commercio*, 9 de agosto de 2021.

# Um sopro de esperança na Educação

Após um período de muitos embates do então ministro da Educação, Abraham Weintraub, com diferentes setores da área, a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) trouxe, naquela oportunidade, um sopro de esperança para a Educação brasileira. Ao longo do processo de construção do novo Fundeb, foi possível extrair algumas lições, entre elas a de que sem diálogo não é possível fazer políticas públicas robustas no campo da Educação. Assim, o papel da sociedade organizada é essencial para dar legitimidade ao processo, o que ficou particularmente claro durante as audiências públicas em que se discutiu o Fundeb no Congresso Nacional.

O novo Fundeb traz importantes avanços para a Educação brasileira. Citaria aqui pelo menos quatro. Em primeiro lugar, torna-se agora mais redistributivo: pelo menos 2.745 redes de ensino mais pobres terão recebido, até 2026, mais recursos; isso deve representar um aumento médio de 23,4% no valor aluno/ano. Em segundo, o investimento mínimo por aluno/ano sai de R\$ 3,7 mil para R\$ 5,7 mil, o que representa um crescimento de 55,3%.

Outro aspecto a destacar é o caráter inovador de indutor de qualidade, muito inspirado no modelo cearense no campo da alfabetização das crianças na idade certa. O novo Fundeb, conforme acentua uma nota do movimento Todos Pela Educação, além de estimular melhores resultados de aprendizagem por meio da destinação de 2,5 pontos percentuais dos 23 da complementação da União para tal indução, introduz também uma importante e positiva mudança nas regras de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O quarto aspecto refere-se à participação do governo federal no Fundeb: o aporte sai dos atuais 10% para 23% até 2026. Por exemplo, em 2019, as unidades da federação aportaram R\$ 155 bilhões, enquanto o governo federal colocou apenas R\$ 15,5 bilhões.

Fica cada vez mais evidente que, sem um regime de colaboração forte entre as unidades da federação, o país não vai avançar na Educação. É preciso agora que esses novos recursos sejam bem geridos pelos estados e municípios, e aqui não me refiro apenas à parte contábil, pois gastar o dinheiro público corretamente não é nenhum mérito, e sim obrigação de todo gestor público – o mérito é gastar com eficiência, eficácia e efetividade, como temos frisado em vários artigos. Não basta ampliar os investimentos: é preciso investir na gestão dos recursos. Isso significa aplicar os recursos em mecanismos que levem à aprendizagem escolar dos estudantes, promovendo uma eficaz formação dos professores e provendo as escolas de infraestrutura para uma Educação voltada para o século 21.

*Correio Braziliense*, 6 de agosto de 2020.

# Ensino Médio no rumo certo\*

O Ensino Médio é a etapa mais desafiadora da Educação brasileira. Mesmo antes da pandemia, 31% dos estudantes não concluíam a Educação Básica, e os que terminavam não apresentavam aprendizagem satisfatória. Para se ter ideia, em 2019, 89,7% dos alunos tinham níveis insuficientes em matemática. Significa dizer que nossos jovens não estão absorvendo o conhecimento, tampouco estão sendo preparados para os desafios da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho.

Após anos de debates e estudos, o Brasil iniciou o enfrentamento desse desafio, em 2017, por meio da Lei nº 13.415. O Novo Ensino Médio foi organizado por áreas do conhecimento em vez de disciplinas isoladas de maneira que os estudantes desenvolvam habilidades e competências complexas e com incentivo à autonomia.

A reforma foi feita à luz de políticas educacionais de países como Finlândia e Canadá. Além da mudança de estrutura, se propôs também superar o ensino passivo-reprodutivo focado na memorização e repetição de conteúdo. Vale destacar que a reforma aumentou a carga horária do Ensino Médio para contemplar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o projeto de vida do estudante.

Assim, além das aprendizagens essenciais das antigas disciplinas, agora organizadas em áreas do conhecimento, o aluno escolhe áreas de aprofundamento ou formação técnica-profissional. Os itinerários surgem como uma possibilidade de a escola dialogar com o futuro dos jovens por meio de propostas contemporâneas, com aulas dinâmicas, oficinas e projetos.

---

\* Este artigo foi escrito em colaboração com Rafael Lucchesi, diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O itinerário de formação técnica e profissional permite aliar a obtenção de uma profissão à formação básica, o que contribui para a redução do abandono escolar. Dos jovens de 14 a 29 anos, 40% se afastaram da escola pela necessidade de trabalhar para ter uma renda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2019. Atendemos ainda a um anseio dos alunos – 84% se interessam pelo Ensino Técnico – e impulsionamos a expansão da Educação profissional, uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

A flexibilização curricular com a possibilidade de escolha dos estudantes contribui para o processo de amadurecimento dos jovens, mas não há mudança sem desafios. Para se implementar a nova proposta, são indispensáveis investimentos, não só em estruturas físicas e equipamentos, como também na formação de professores, cujo papel é determinante para as transformações do sistema de ensino e a manutenção da qualidade da prática pedagógica e dos resultados da aprendizagem.

É fundamental que boas práticas e experiências exitosas de instituições públicas e privadas de ensino se tornem referência e sejam compartilhadas. O país tem de avançar de maneira significativa na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Não é possível ter uma Educação de excelência apoiando-se nos velhos paradigmas que nos colocaram nessa situação alarmante. Para isso, é preciso um sistema sintonizado com os avanços sociais, científicos e tecnológicos e que ofereça oportunidades a todos.

*Folha de S.Paulo, 17 de setembro de 2022.*

# A virada de chave na Educação\*

Uma iniciativa pioneira da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (Seduc-SP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pode representar uma virada de chave na Educação Básica do estado, com rebatimento para as demais unidades federativas do Brasil, em razão do trabalho colaborativo que essas entidades realizam com os respectivos pares nacionais.

Com o lançamento do Programa de Pesquisa em Educação Básica (Proeduca), no valor de R\$ 30 milhões, São Paulo intensifica e fortalece o desenvolvimento da aprendizagem escolar por meio do uso da pesquisa científica aplicada à Educação. Esse é o espírito do Proeduca, o de promover uma Educação plena para todas as crianças, jovens e adultos das redes públicas de Educação de São Paulo, que se coaduna com o que preconiza o artigo 205 da Constituição Federal. Não basta oferecer qualquer Educação, mas uma Educação que promova o desenvolvimento integral, e o caminho mais seguro para isso é usar a ciência como grande aliada do processo educacional.

O Proeduca vai mobilizar conhecimentos e pesquisadores de instituições públicas e privadas de São Paulo, que podem, por sua vez, trazer para suas equipes pesquisadores de outras partes do país e do exterior. O Brasil precisa como nunca desses esforços para alavancar os atuais índices de aprendizagens escolares, fortemente impactados pela pandemia. A título de exemplo, podemos citar os recentes resultados revelados pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp): um estudante da rede estadual de São Paulo terminou o Ensino Médio

---

\* Este artigo foi escrito em colaboração com Haroldo Correa Rocha, coordenador do Movimento Profissão Docente.

em 2021 com uma defasagem de quase seis anos em matemática. O impacto foi também bastante acentuado entre as crianças concluintes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para se ter uma ideia, 62% dos alunos do 5º ano não sabem resolver uma simples questão de subtração do tipo “Uma construtora encomendou 10.000 parafusos a uma loja, mas a loja possuía apenas 3.825 em estoque. Qual é a quantidade de parafusos que faltam para completar a encomenda?”.

Nesse contexto da aprendizagem, tomando como referência os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e fazendo um recorte para o estado de São Paulo, o quadro é bem desafiador, ainda mais quando se considera o território nacional. Por exemplo, na avaliação realizada em 2018, portanto antes da pandemia, dentre os 79 países participantes, o Brasil ficou na 57ª posição no *ranking* em leitura, na 66ª em ciências e na 70ª em matemática.

Importante lembrar que a ciência já produziu muitas evidências de que a qualidade do professor, tomando como referência sua formação inicial e continuada, é o principal fator interno no âmbito da escola capaz de promover a melhoria da aprendizagem. Assim, o apoio aos professores deve ocupar um lugar de destaque na política pública da Educação.

O Proeduca fortalecerá as políticas públicas em Educação, sobretudo nos campos da formação docente, da gestão escolar, do currículo e da avaliação educacional, trazendo *insights* relevantes para melhorar a qualidade da Educação Básica, e de quebra trará um forte componente de inovação.

Esses novos tempos vão exigir mais do que nunca o uso da ciência em todas as áreas da vida humana, em especial na Educação, pelo importante papel que ela representa para o desenvolvimento sustentável de um país. Se antes da pandemia o Brasil já tinha como grande desafio a qualidade da oferta educacional, refletido pelo acesso, permanência, aprendizado e conclusão na idade certa de todos os estudantes, no pós-pandemia esse desafio se ampliou enormemente, como vêm mostrando as diferentes avaliações diagnósticas nas redes públicas de ensino. Nesse quesito, o estado de São Paulo foi também pioneiro e os resultados acenderam a luz

vermelha. O impacto da crise sanitária na aprendizagem escolar foi imenso e as crianças foram as mais afetadas. Ao final do 5º ano do Ensino Fundamental, as avaliações em proficiência escolar em língua portuguesa mostraram um retrocesso de 10 anos, e em matemática foram ainda piores, com um retrocesso de 14 anos, voltando àqueles de 2007.

Por tudo isso, o Proeduca vem mais do que em boa hora, mas em um momento estratégico para intensificar e fortalecer a Educação pública de São Paulo e, como antecipamos, com rebatimento para todo o país, pois a ciência não tem fronteiras. Assim, o edital do Proeduca, de R\$ 30 milhões, renova a esperança de uma Educação de qualidade amparada pela ciência.

O Brasil precisa aprender com o Brasil; há muitos conhecimentos empíricos produzidos em municípios e estados que são referência no campo da Educação. Não vamos bater na mesma tecla e falar de Sobral, no Ceará, mas de Coruripe, em Alagoas, de Cocal dos Alves, no Piauí, e dos muitos municípios paulistas com experiências bem-sucedidas na Educação. Integrando essas experiências com a pesquisa científica, o país, e não apenas São Paulo, pode dar um salto na qualidade da Educação pública. Para isso, precisamos ter a coragem de olhar para onde aponta o farol, e não ficar presos ao retrovisor. É preciso pensar em uma nova escola, em um novo pacto pela Educação, como recomenda a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em seu relatório *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação*.<sup>21</sup> A ciência e a colaboração podem ser grandes ativos para essa virada de chave na Educação.

*O Estado de S. Paulo*, 30 de abril de 2022.

---

21. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379381\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379381_por).

# A BNCC e a nova formação docente\*

Educação é a melhor maneira de mudar o mundo. Por isso, é preciso desenvolver o potencial das novas gerações por meio de uma Educação plena, que amplie suas oportunidades de vida e as torne agentes de transformação. Para promovê-la, profissionais da Educação, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e demais atores sociais têm de trabalhar de modo colaborativo e articulado para transformar a realidade das escolas. Isso, por sua vez, requer que se promovam inovações na elaboração e na implementação de práticas e políticas educacionais. Ao mesmo tempo, torna-se necessário advogar ideais, mobilizar vontades e desenvolver capacidades, somando forças para contribuir para a melhoria sistêmica da Educação em nosso país.

É preciso, assim, oferecer oportunidades de desenvolvimento integral na escola na perspectiva de uma Educação plena, em que não apenas se aprenda a aprender, mas também a ser, conviver e produzir. O aprender a ser tem centralidade em relação às demais dimensões da aprendizagem por permitir uma visão singular sobre cada estudante e uma conexão da escola com seu projeto de vida.

Essa Educação plena diz respeito tanto à qualidade da Educação quanto à quantidade de tempo na escola. O objetivo aqui é a formação para a autonomia, entendida como o empoderamento dos alunos para fazer escolhas fundamentadas em seus projetos de vida. A formação para a autonomia ocorre por meio do desenvolvimento de competências que combinem aspectos cognitivos e socioemocionais, possibilitando aos estudantes se capacitarem

---

\* Este texto teve por base meu parecer sobre a BNC da Formação Inicial Docente no Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019).

para o autoconhecimento, a colaboração, a criatividade, a resolução de problemas, o pensamento crítico, a abertura para o novo e a responsabilidade no alcance de seus objetivos.

Para oferecer uma Educação plena a crianças, adolescentes e jovens, o Brasil dispõe de um importante instrumento: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento traz dez competências gerais que representam um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que buscam promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural. Além disso, define um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Nesse sentido, a BNCC deve ser uma referência para a formação inicial e continuada dos professores, em consonância com resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE): “Na perspectiva de valorização e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC, nos termos do § 8º do art. 61 da LDB, devendo ser implementados no prazo de dois anos, contados da publicação da BNCC, de acordo com o art. 11 da Lei nº 13.415/2017” (Resolução CNE/CP nº 2/2017).

Ainda nesse contexto, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) explicita que “a implementação da BNCC apresenta-se como uma oportunidade ímpar para a implementação de uma política de Estado que promova o aprimoramento da atuação dos professores em sala de aula com vistas a impactar positivamente o processo educativo dos estudantes brasileiros”. Diante das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes previstas nos documentos oficiais, evidenciou-se a necessidade de rever o conjunto de competências profissionais que serão exigidas dos professores para responderem a essas demandas, para que estejam efetivamente preparados para atuar. A BNCC deve, portanto, não apenas fundamentar a concepção, a formulação,

a implementação, a avaliação e a revisão dos currículos e das propostas pedagógicas das instituições escolares, como também contribuir para a articulação e a coordenação nacional de políticas e ações educacionais, em especial no que se refere à formação inicial e continuada de professores.

Em razão desse direcionamento dado pela BNCC, o Ministério da Educação (MEC) elaborou, em 2018, o documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica”, o qual foi encaminhado ao CNE para que este o analisasse, emitisse parecer e formulasse resolução regulamentando uma Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica.

Escolhido como relator dessa matéria no âmbito do CNE, considerarei como ponto de partida um importante *insight* de experiências internacionais, os chamados referenciais docentes, que consistem em uma descrição do que os professores devem saber e ser capazes de fazer. Tais referenciais são compostos por descritores e diretrizes que articulam aprendizagem, conteúdo e ensino, resultando em três dimensões principais:

- conhecimento sobre como os estudantes aprendem em diferentes contextos educacionais e socioculturais;
- saberes específicos das áreas do conhecimento e dos objetivos de aprendizagem, o que comumente está relacionado ao currículo vigente;
- conhecimento pedagógico do conteúdo e das estratégias de ensino que devem ser empregadas para o ensino do conteúdo.

Na construção dos referenciais, a experiência internacional mostra a importância de trabalhar com base em evidências de como os alunos aprendem. Isso assegura que os referenciais não fiquem reféns de “achismos”, mas de dados que mostram como se aprende determinados conteúdos em diferentes situações, tomando por base o impacto de certos fatores na aprendizagem escolar. No entanto, é importante que os referenciais apontem diferentes caminhos para um mesmo objetivo, que podem variar conforme as necessidades dos estudantes e os contextos

educacionais e socioculturais, admitindo, portanto, uma diversidade de estilos pedagógicos.

Vale registrar que o próprio documento do MEC já trazia, em sua concepção, tais referenciais docentes, que nos levaram a pautar a formação docente com base em três dimensões – conhecimento, prática e engajamento profissionais –, tendo cada uma delas um conjunto de competências específicas e estas, por sua vez, um conjunto de habilidades que os professores devem adquirir para que estejam aptos a desenvolver em seus alunos as competências previstas na BNCC. Obviamente, as matrizes de competências e habilidades para a formação inicial são diferentes daquelas para a formação continuada, pois são tempos e espaços diferentes da formação.

Um aspecto relevante, em nossa relatoria, foi apontar a necessidade de romper com a fragmentação curricular institucional quando da formação inicial, além da desarticulação das instituições formadoras com a Educação Básica. Isso está claramente posto no artigo 9º da Resolução CNE/CP nº 2/2019: “Deve-se garantir aos estudantes um ambiente organizacional que articule as ofertas de licenciaturas aos demais cursos e programas da formação docente, por meio da institucionalização de unidades integradas de formação de professores, para integrar os docentes da instituição formadora aos professores das redes de ensino, promovendo uma ponte orgânica entre a Educação Superior e a Educação Básica”.

Outro ponto importante tem a ver com procurar assegurar a qualidade da formação inicial com base nos instrumentos de avaliação dos cursos de licenciatura, e, nesse sentido, dedicamos um capítulo específico da resolução para o tema. Em particular, gostaria de registrar a importância do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para que esse objetivo seja alcançado, ao considerar o disposto nos artigos 25 e 26. O artigo 25 é claro: “Caberá ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborar um instrumento de avaliação *in loco* dos cursos de formação de professores, que considere o disposto nesta Resolução”, enquanto o artigo 26 determina: “Caberá ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborar o novo formato avaliativo do

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de formação de professores, em consonância ao que dispõe esta Resolução”.

Assim, podemos dizer que o país já tem instrumentos legais importantes para construir um novo tempo no campo da formação de professores, que os capacitem para oferecer uma Educação plena a seus estudantes, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificando-os para o novo mundo do trabalho, em conformidade com o artigo 205 da Constituição Federal.

# Ensino Superior: não podemos esquecer!

O Brasil, sem dúvida, precisa olhar com mais atenção e prioridade para a Educação Básica, colocando em uma mesma equação quantidade e qualidade. Isso não é simples. Não se trata apenas de mais dinheiro, mas também de uma melhor gestão no emprego do dinheiro, que se traduza na melhoria da aprendizagem dos estudantes e na redução das desigualdades educacionais. Se esses desafios já eram importantes na agenda educacional, ampliaram-se muito no pós-pandemia. Todavia, o Brasil não pode esquecer do Ensino Superior.

Em geral, quanto mais anos de estudo tiver a população de um país, maior será sua riqueza, medida pelo percentual do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que se acentua exponencialmente com a qualidade da oferta. Por isso, é importante que o Brasil veja como anda seu Ensino Superior, que tem muitos problemas a serem resolvidos, tanto na esfera pública como na particular. A seguir destacamos alguns dos desafios tomando como base os dados do Censo da Educação Superior de 2020.

- 77% das matrículas estão concentradas no setor particular, que, em números absolutos, correspondem a 6.724.002. Não obstante esse expressivo número, o Brasil tem uma taxa líquida (matrículas de estudantes de 18 a 24 anos nesse nível de ensino em relação à população total dessa faixa etária) muito baixa, próximo a 20%, bem abaixo de alguns de seus vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai. A meta, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), seria alcançar o percentual de 33% até 2024, o que infelizmente não ocorrerá.
- Indo para a faixa etária seguinte, de 25 a 34 anos, o percentual da população brasileira com Ensino Superior é também muito

baixo, de apenas 24%; por outro lado, a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 46%. Em Portugal, essa taxa é de 42%.

- Sobram muitas vagas no Ensino Superior, possivelmente em cursos de baixo interesse social. Essencialmente, tais vagas remanescentes encontram-se no setor particular, mas na rede federal são 116 mil vagas, a maioria das quais em cursos presenciais.
- A entrada no Ensino Superior se dá majoritariamente pelos cursos de ensino a distância (EaD), porém na rede federal ainda é feita por meio de cursos presenciais, com 91%.
- Um dado preocupante para a Educação Básica, considerando a baixa qualidade, em geral, da oferta dos cursos a distância: dentre os 10 maiores cursos de EaD na rede federal, 7 são no campo da formação de professores, nas diferentes licenciaturas. A pedagogia é o curso de EaD que recebe o maior número de matrículas, tanto na rede federal como na particular.
- A taxa de desistência no Ensino Superior é elevadíssima: de cada 100 ingressantes, 59 desistem. Isso não depende de o curso ser do setor público ou do particular; na rede federal, a taxa de desistência é de 55%. O resultado também independe da modalidade, se presencial ou EaD; na presencial, a taxa de desistência é de 58%. Um aspecto interessante é que esse percentual cai muito entre alunos que estudam em instituições particulares com financiamento público: entre os que recebem o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), por exemplo, é de 38%.
- Os três cursos de licenciatura com maiores taxas de desistência são física (78%), matemática (70%) e química (69%), exatamente as disciplinas que mais têm carência de professores no Ensino Médio.

Esse quadro também preocupa a maior – e possivelmente a melhor – universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (USP). Por isso, o reitor Carlos Gilberto Carlotti criou um grupo de trabalho (GT) para trazer *insights* ao que ele chama de “construindo a Educação do futuro”. Tive o privilégio de ser convidado pelo

magnífico reitor para coordenar esse GT. Uma coisa é certa: a universidade precisa acordar urgentemente para as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, impactado por um cenário cada vez mais disruptivo, e ouvir, como nunca, seus egressos nas reformas curriculares. Os currículos têm de ser mais dinâmicos, e os professores devem estar preparados para formar seus alunos para o futuro que virá. Muito vem acontecendo fora dos muros das universidades, que hoje já não são mais os únicos nichos produtores de conhecimento. Ou a universidade percebe isso, ou perderá parte de seu prestígio social.

*Correio Braziliense*, 1 de dezembro de 2022.

## Parte 3

# Ensino público em Pernambuco

# Escolas de tempo integral

Sempre que me perguntam qual o maior legado que poderia ter deixado como gestor da Educação Básica no cargo de secretário de Educação de Pernambuco, não tenho dúvidas em afirmar que foi o modelo das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Importante dizer que o grande idealizador não fui eu, mas sim o então presidente da Phillips, Marcos Magalhães – pernambucano, filho de professora em Arcoverde, município localizado no Sertão do estado, e ex-aluno do Ginásio Pernambucano. Para ajudar nesse projeto, que mudou a história do Ensino Médio em Pernambuco, Marcos trouxe dois grandes educadores: Bruno Silveira e Antônio Carlos Gomes da Costa.

As EMTI, iniciadas na gestão Jarbas Vasconcelos e Mendonça Filho, governador e vice-governador de Pernambuco (1999-2002 e 2003-2006), se expandiram e ganharam escala nos governos seguintes de Eduardo Campos e João Lyra Neto (2007-2014) e de Paulo Câmara, Raul Henry e Luciana Santos (2015-2022) sem perder a qualidade. Ter produzido evidências de sua eficácia em termos de bons resultados educacionais, desde seu nascedouro, em 2004, quando o Ginásio Pernambucano começou a funcionar no modelo de tempo integral, foi fundamental para sua continuidade como política pública, deixando de ser política de governo. Esse é um belo exemplo a seguir, pois um dos graves problemas da Educação brasileira é a descontinuidade da política pública.

Na gestão do então ministro da Educação Mendonça Filho, as EMTI ganharam escala nacional, sempre contando com o apoio de Marcos Magalhães, por meio do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Naquele momento se juntaram ao projeto o Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande – exemplos de como a sociedade pode contribuir para melhorar a qualidade do ensino

público, em conformidade com o artigo 205 da Constituição Federal: “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Na edição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2019, as EMTI confirmaram sua força e eficácia. Dados fornecidos pelo Instituto Sonho Grande mostraram que a média nacional das EMTI no Ideb foi de 4,7, enquanto a média das escolas de tempo parcial foi de 4,0. Em todos os estados da federação, a nota das EMTI no Ideb foi mais alta que a das unidades de tempo parcial. Outro dado interessante foi o impacto das EMTI nas regiões Norte e Nordeste. Enquanto o Ideb médio nessas regiões, no Ensino Médio, foi de 3,4 e 3,6, respectivamente, os valores correspondentes, olhando apenas as EMTI, chegaram a 4,2 e 4,5.

Pernambuco, mais uma vez, continua entre os três melhores estados do país no Ensino Médio, com o maior número de EMTI em relação às demais redes públicas de Ensino Médio no Brasil. Os dados mostram que esse modelo impacta não apenas a qualidade em termos de aprendizagem e de sucesso escolar, mas também a redução das desigualdades educacionais. O jovem quer uma escola que caiba na vida, e ele a encontra na Escola de Ensino Médio de Tempo Integral.

*Jornal do Commercio*, 5 de outubro de 2020.

# João Campos começou bem na Educação

A escolha do secretário de Educação pode não apenas representar um bom começo, mas também o nível de prioridade que o governante dará a essa área. Ao trazer Fred Amâncio, da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, para dirigir a Educação do Recife, o prefeito João Campos marcou um golazo. Já há algum tempo venho dizendo que Fred é hoje um dos melhores secretários de Educação do Brasil. Além de ser um profundo conhecedor da área, tem uma grande capacidade de trabalho e articulação e o reconhecimento nacional. Como recifense, fiquei muito feliz, pois teremos, nos próximos quatro anos, um secretário que fará muito pela Educação de nossa cidade.

Não obstante os avanços registrados nos últimos anos, ainda há muito a fazer. Recife pode ser, e será, uma referência na Educação. Para isso precisa avançar muito mais no campo da aprendizagem escolar, a começar pela alfabetização das crianças na idade certa e pela correção da elevada taxa de distorção entre idade e série (TD), sem esquecer a enorme desigualdade educacional que permeia a rede escolar. A TD mede a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a TD de Recife relativa a 2019 é de 21,7%, enquanto Teresina e Fortaleza têm taxas de 6,5% e 12,3%, respectivamente. Quanto maior a TD, mais ineficiente é a rede escolar.

Com a criação dos Centros de Referência de Educação Infantil (CREI), Recife teve avanços importantes na Primeira Infância, mas ainda há um grande esforço a fazer para que a qualidade das creches atinja um padrão mais igualitário.

Analisando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), percebe-se que tenho razão. O Ideb é calculado pela multiplicação de dois indicadores: a nota média obtida pelos alunos nos exames de língua portuguesa e matemática da Prova Brasil e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, o Ideb de 2019 da rede municipal do Recife foi de 5,2, muito abaixo do resultado de Teresina, a campeã brasileira, com um índice de 7,4. Recife também fica abaixo de Fortaleza, cujo Ideb foi de 6,2. Compreender o que Teresina vem fazendo talvez seja uma boa referência para melhorar a Educação do município do Recife.

Se olharmos os percentuais de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa e matemática com base nos resultados de 2019 (dados pelo site [www.qedu.org.br](http://www.qedu.org.br)), percebemos o quanto a desigualdade escolar é grande na rede municipal recifense. A título de exemplo, enquanto a Escola Municipal Asa Branca, no bairro do Ibura, Zona Sul, tem 66% de alunos com aprendizado adequado em matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a Escola Municipal Antônio Farias Filho, em San Martin, na Zona Oeste, tem apenas 20%. Em língua portuguesa, a desigualdade escolar persiste, com 73% e 34%, respectivamente.

Há muito trabalho pela frente, mas creio firmemente que poderemos pensar em um Recife ainda mais forte no campo da Educação ao final de 2024.

*Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 2021.

# Nossos jovens pernambucanos – 1

O estado de Pernambuco logrou êxito quando, em 2004, iniciou a implementação de uma política de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) que o tornou uma referência nacional. Não se trata apenas de mais tempo em sala de aula – costume dizer que mais tempo em um lugar chato é castigo para o aluno –, mas sim uma escola de Educação Integral em tempo integral. O jovem quer uma escola que caiba na vida, e ele a encontra nesse modelo pedagógico no qual o aluno é o centro do processo. Essa política tirou Pernambuco das últimas posições do *ranking* nacional de Ensino Médio e o colocou nos primeiros lugares, um avanço extraordinário e de vários governos. Hoje, as EMTI representam, de fato, uma política de Estado.

Apesar dessa exitosa política de um Ensino Médio de qualidade para nossa juventude, muitos jovens pernambucanos sequer conseguem chegar ao Ensino Médio – ficam pelo caminho no fluxo escolar, e muitos não chegam nem mesmo a concluir o Ensino Fundamental. Esses jovens fazem parte do grupo de alta vulnerabilidade social e contribuem para aumentar o contingente dos que nem estudam e nem trabalham.

Outra parcela de jovens que engrossam esse grupo é constituída daqueles que, apesar de terem concluído o Ensino Médio, não desenvolveram as habilidades necessárias para se inserir no mundo do trabalho ou não foram suficientemente preparados para ingressar no Ensino Superior – ou, ainda, lhes faltou uma política de pós-Médio. Para eles, o Ensino Médio representa o teto.

Se, por um lado, Pernambuco conseguiu, 18 anos atrás, mudar a cara do Ensino Médio com as EMTI, tornando-se, como disse, uma referência nacional, contraditoriamente, é um dos estados da federação que apresenta um dos maiores percentuais de jovens

no grupo dos que nem estudam e nem trabalham. Uma pesquisa feita pela IDados para o jornal *Valor Econômico* mostrou que Pernambuco tem 31,5% de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos nesse grupo, ocupando a quinta posição no *ranking* brasileiro. A média nacional é de 23,7%, sendo Santa Catarina o estado brasileiro com a menor taxa, 13,1%.

Infelizmente, a tendência é que quanto maior for a taxa de jovens que não estudam e nem trabalham, maior será a taxa de homicídios juvenis. Os dois estados brasileiros que apresentam as maiores taxas de homicídio nessa faixa etária, em pesquisa publicada no UOL, são Rio de Janeiro (102,8 mortes por 100 mil jovens), seguido de perto por Pernambuco (101,5). A média nacional é de 51,7.

Está em curso, por outro lado, uma mudança importante na pirâmide demográfica, na qual a base de jovens deve diminuir substancialmente até 2030. Se não investirmos agora na juventude, vamos perder o bonde da história. É preciso, entretanto, ter vontade política e uma política de continuidade, como no caso das escolas de EMTI.

*Jornal do Commercio*, 16 de maio de 2022.

# Nossos jovens pernambucanos – 2

No artigo anterior<sup>1</sup>, mostramos que, se por um lado o estado de Pernambuco tem uma Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) que é referência nacional, por outro lado, tem uma elevada taxa de jovens de 15 a 29 anos que nem estudam e nem trabalham, os chamados “nem-nem”, com impacto direto na taxa de homicídio juvenil: 31,5%, três vezes mais do que Santa Catarina. Isso aponta para a necessidade de uma política pública para o pós-Médio mais robusta do que a hoje oferecida, sem esquecer, naturalmente, aqueles que sequer concluíram o Ensino Médio: ficaram, como se diz, no “meio do caminho”.

Para reverter esse quadro, penso que o primeiro passo seria promover ações mais articuladas entre as diferentes secretarias de governo vinculadas à juventude com base no projeto de vida dos jovens dessa faixa etária, reconhecendo as diferenças culturais e sociais de quem vive nas diferentes regiões do estado. A beleza da juventude se reflete na diversificação de sonhos e objetivos. Ter uma política que incorpore esse aspecto não deixa de ser um desafio.

Outro ponto importante é reconhecer que, de cada 100 jovens que concluem o Ensino Médio, apenas 22 vão para o Ensino Superior. Isso significa que há um contingente de pessoas que precisarão de uma política de pós-Médio que as prepare para o mundo do trabalho, em consonância com o Artigo 205 da Constituição Federal, e que lhes possibilite ter oportunidades de aperfeiçoar os estudos.

---

1. O autor se refere ao artigo anterior nesta parte, publicado no *Jornal do Commercio* de 16 de maio de 2022.

É nesse contexto que o Ensino Técnico profissionalizante tem um papel importante, lembrando que quem segue tal modalidade ganha, em média, 15% a mais do que aquele que cursou o Ensino Médio tradicional. Aqui é necessário fazer duas coisas: alinhar a oferta com a demanda do trabalho no território – as vocações regionais – e trabalhar em regime de colaboração com o chamado Sistema S<sup>2</sup> e com os institutos técnicos federais.

Não podemos nos esquecer daqueles jovens mais vulneráveis que ficaram no meio do caminho. Nesse caso, é preciso que haja um programa de geração de renda, desenvolvimento socioemocional para elevar a autoestima e oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vinculados à empregabilidade. Isso passa por uma ação intersetorial de governo – algo que nem sempre é fácil de implementar se não houver o olhar do próprio governador.

As nossas universidades precisam participar dessa empreitada pela juventude, fortalecendo a qualidade da Educação Básica e não deixando “cadeiras vazias” em seus cursos, ou seja, promovendo mais acesso ao Ensino Superior, em instituição pública ou particular. Por fim, vejo que os programas de extensão dessas instituições poderiam contribuir muito para tirar a nossa juventude da ociosidade, especialmente agora, com a obrigatoriedade de 10% de carga horária na graduação destinada à extensão universitária.

*Jornal do Commercio, 30 de maio de 2022.*

---

2. Instituições prestadoras de serviços administradas de maneira independente por federações e confederações empresariais dos principais setores da economia: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Social de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Social de Transporte (Sest).

# Os desafios da Educação de Pernambuco

Não vou aqui fazer uma análise dos avanços da Educação em nosso estado nas duas últimas décadas, mas dos desafios postos para os próximos quatro anos. Não apenas em Pernambuco, mas em todo o país, o maior deles será a recomposição das aprendizagens escolares. O retrocesso escolar provocado pela covid-19 fica cada vez mais nítido à medida que as avaliações diagnósticas avançam. As crianças menores foram as mais afetadas, especialmente as que se encontram no processo de alfabetização. Cuidar da alfabetização delas é fundamental, e a melhor bússola para isso é adotar, de maneira correta, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) que foi implantado no Ceará.

Se eu tivesse que definir duas prioridades para os próximos anos, em termos de etapa e modalidade educacional, não teria dúvida em apontar um forte trabalho para os anos finais do Ensino Fundamental, inspirado no modelo de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), que tornou o estado de Pernambuco conhecido em todo o Brasil, e a expansão de vagas no Ensino Técnico, olhando para uma oferta que atenda à demanda regional.

Os ganhos de aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental que o país vem conseguindo ao longo das duas últimas décadas não são verificados nos anos finais. Nem mesmo o estado do Ceará, que tem excelentes resultados nos anos iniciais, consegue manter o mesmo patamar de excelência nos anos finais. A situação de Pernambuco, que ainda tem questões importantes a resolver nos anos iniciais, é mais desafiadora, por não dispor até o momento de um programa de alfabetização robusto. Para se ter uma ideia, de cada 100 alunos da rede pública de Pernambuco que

terminaram em 2019 o 5º ano do Ensino Fundamental, apenas 35 aprenderam o que seria esperado em matemática; ao final do 9º ano esse percentual desaba para 16. No Ceará, esses números são, respectivamente, 53 e 25, como se pode ver no portal QEdu.

No caso da segunda prioridade, a expansão do Ensino Técnico atrelada à demanda regional, atendendo a uma meta que promova a empregabilidade e o desenvolvimento profissional do jovem pernambucano, é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do estado. No Brasil, de cada 100 jovens que concluem o Ensino Médio, apenas 22 vão para o Ensino Superior. Como tenho frisado, é preciso ter uma política para esses 78 jovens que não prosseguem os estudos, de maneira que o Ensino Médio não represente o teto em seu projeto de vida. Ter uma política de pós-Médio é essencial para que o estado não fique entre os mais críticos do país no percentual de jovens na categoria dos “nem-nem”, que nem estudam e nem trabalham.

Naturalmente, cuidar da qualidade da formação de nossos professores e da profissionalização da gestão escolar é ponto de partida (e não de chegada!) para que tudo isso aconteça. Sem bons professores, bem formados e valorizados, o estado de Pernambuco não avançará.

*Jornal do Commercio, 29 de agosto de 2022.*

# Vagas escolares sobrando, e são muitas!

Matéria publicada no *Jornal do Commercio* em 19 de janeiro de 2023<sup>3</sup> mostra que só 16% das vagas destinadas aos alunos novatos nas escolas estaduais tinham sido preenchidas – ou seja, das 62.711 vagas abertas em novembro, apenas 10.359 foram efetivadas. Outro aspecto que me chamou muito a atenção foi com relação às vagas não preenchidas em escolas de tempo integral – já que Pernambuco se tornou uma referência nesse modelo. Das 52.352 vagas não preenchidas, 14.967 são em tempo integral.

Logo que comecei a ler a matéria, pensei que se tratasse de uma situação de momento – mas não. O problema vem ocorrendo desde 2020. Penso que esse comportamento deva merecer atenção por parte da Secretaria de Educação. Inicialmente, seria interessante verificar se essa situação também se aplica aos dois últimos anos anteriores à pandemia, ou seja, 2018 e 2019, já que um dos legados dessa crise foi o aumento do desinteresse pela escola entre os jovens, especialmente pressionados pela busca de atividade laboral para complementação de renda da família – o que implica a necessidade de fazer um trabalho de busca ativa associado a um programa que possa levar renda a pessoas nessa faixa etária. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), já é possível oferecer cursos de curta duração associados às microcertificações, que podem cumprir esse objetivo. Para jovens de alta vulnerabilidade socioeconômica, é importante ter uma

---

3. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/opiniaio/artigo/2023/01/15169490-vagas-escolares-sobrando-e-sao-muitas.html>.

política que lhes permita estudar e, ao mesmo tempo, ter renda.

Contudo, pode haver outros fatores em jogo. É preciso que a secretaria saiba efetivamente qual a demanda hoje por escola entre os jovens. O fluxo escolar melhorou muito (o que não significa que a aprendizagem tenha melhorado na mesma proporção), e, com isso, reduziu-se a demanda. Dados do instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) revelam que, de cada 1.000 jovens, 110 estão fora da escola em Pernambuco, levando em conta o Indicador de Permanência Escolar<sup>4</sup>, que utiliza dados do Censo Escolar para mensurar o total de alunos que ingressaram no sistema, mas em algum momento de sua trajetória abandonaram a escola. Os dados, com base no número de matrículas em 2020, mostram que, antes mesmo da pandemia do coronavírus, o Brasil – e, nesse contexto, também Pernambuco – já tinha dificuldade de manter os jovens na escola.

Outro aspecto que precisa ser analisado é o alinhamento da oferta com o crescimento migratório da população. Determinados bairros podem estar sofrendo migração da sua população jovem para outros territórios, ou mesmo estagnação e queda de habitantes. Assim, as escolas daqueles bairros começam a não ter mais demanda – mas em outros bairros pode estar acontecendo o inverso. Isso tem sido muito frequente nas cidades de grande e médio porte – o que requer a reorganização da oferta territorial de matrícula.

Esses e outros aspectos precisam ser analisados, pois podem produzir insumos importantes para repensar o tamanho da rede escolar e a necessidade ou não de contratar mais professores, por exemplo. No entanto, também podem estar associados a uma baixa atratividade dos jovens pela escola atual. Mesmo as escolas de tempo integral precisarão repensar seu currículo para acompanhar o atual cenário disruptivo que estamos vivendo.

*Jornal do Commercio*, 30 de janeiro de 2023.

---

4. Disponível em: <https://www.portaliede.com.br/iede-lanca-indicador-de-permanencia-escolar-que-mostra-total-de-jovens-que-abandonaram-a-escola/>.



## Parte 4

# Movimentos da sociedade pela Educação

# Por um Brasil sustentável e soberano\*

O Brasil é um dos países do planeta com maior biodiversidade, sobretudo por abranger a maior parte do bioma amazônico, ter grande quantidade de terras férteis, água abundante e alta incidência solar. Por tudo isso, é considerado por muitos como uma nação com grande potencial para liderar o movimento em prol da sustentabilidade. Nesse contexto, ter uma agenda de desenvolvimento pautada na sustentabilidade e na soberania como elementos estratégicos é de extrema importância para o país.

A química, como ciência, atividade industrial e econômica, pode contribuir imensamente para a resolução de grandes questões ambientais de todos os setores econômicos, tais como:

- redução e aproveitamento de resíduos agrícolas;
- conservação de alimentos e prolongamento de sua vida útil;
- definição de novos materiais mais eficientes, de custo mais baixo e de menor pegada de carbono;
- geração de energia limpa;
- tratamento de resíduos e efluentes de indústrias de todos os setores, entre outros.

Quanto às ações em nível global, a Agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) 2030, por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), declarou 2022

---

\* Este artigo foi escrito em colaboração com Ana Paula de Carvalho Teixeira, coordenadora executiva do movimento Química Pós-2022 e professora do Departamento de Química da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

como o Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável (IYBSSD 2022). A química, entre as ciências básicas, tem um enorme potencial para contribuir para a sustentabilidade. O Movimento Química Pós 2022 – Sustentabilidade e Soberania, criado pela Sociedade Brasileira de Química (SBQ) com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade e a soberania do país por meio da química, surgiu com base nessa premissa.

O movimento conta com a contribuição de atores de universidades, da indústria, do governo, do terceiro setor e de outras organizações e vêm permitindo um amplo debate sobre o tema da sustentabilidade vinculado à disciplina. O fruto desse trabalho levou à construção de dois Objetivos de Química para o Desenvolvimento Sustentável (OQDS), inspirados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- OQDS 1 – Promover a sustentabilidade por meio da química na Educação Básica (sem Educação de base de boa qualidade e para todos não teremos sustentabilidade). Aqui foram elencados três grandes eixos de ação:
  - Eixo 1 – Professor de química protagonista para um mundo mais sustentável.
  - Eixo 2 – Sala de aula como espaço especial para a química e a sustentabilidade.
  - Eixo 3 – Escola: projetos em química e sustentabilidade para a sociedade.
  
- OQDS 2 – Promover a sustentabilidade por meio de CTI&E (ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo) em química na indústria e na universidade. Outros três eixos foram considerados:
  - Eixo 1 – Indústria química como uma das líderes na transição para a sustentabilidade.
  - Eixo 2 – Interação entre universidade, indústria e sociedade para avanços em química e sustentabilidade.
  - Eixo 3 – Educação de químicos para a sustentabilidade.

Para mobilizar o país em torno desses dois OQDS e seus respectivos eixos, nove temas estão sendo propostos:

1. Mudanças climáticas (captura e uso de CO<sub>2</sub>, pegada de carbono e outros).
2. Reaproveitamento de resíduos e economia circular.
3. Bioprodutos e bioeconomia.
4. Materiais renováveis, materiais sustentáveis.
5. Tratamento de efluentes e saneamento básico.
6. Energias renováveis, biocombustíveis e hidrogênio.
7. Uso sustentável de recursos minerais e naturais.
8. Poluição da água, do ar e do solo.
9. Agroquímica para produção sustentável de alimentos.

Para colocar isso na prática, precisaremos mais do que nunca do engajamento dos atores supramencionados, e, felizmente, isso está acontecendo em escala exponencial. É a química brasileira contribuindo para um Brasil melhor, sustentável e soberano. As futuras gerações agradecem!

*Correio Braziliense*, 4 de agosto de 2022.

# Pensando o Nordeste

O Nordeste como Prioridade do Desenvolvimento Nacional foi o tema do seminário do Fórum Celso Furtado realizado em João Pessoa (PB) em 29 e 30 de junho de 2022. Quatro eixos temáticos foram considerados:

1. Complementação e modernização da infraestrutura e dos serviços básicos.
2. Educação, ciência e tecnologia.
3. Contemporaneidade do setor produtivo integrado à economia nacional.
4. Turismo de base natural e histórico-cultural.

Esse seminário promoveu um amplo processo criativo de reflexão sobre a realidade socioeconômica da região e suas perspectivas de desenvolvimento, com o necessário conteúdo técnico-científico e o apoio social e político. A diversidade da participação respaldou a legitimidade das ações debatidas e das propostas apresentadas.

Tive o privilégio de tratar do tema da Educação sob a óptica da eficiência e da qualidade da Educação Básica. Procurei mostrar que o grande desafio brasileiro – especialmente para o Nordeste do Brasil – encontra-se no binômio *melhorar o aprendizado escolar e reduzir as desigualdades educacionais*, que é inclusive o foco de atuação da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo Polo Ribeirão Preto (IEA-RP).

Notadamente, é preciso reconhecer que precisamos continuar avançando no investimento público em Educação Básica, especialmente quando levamos em conta o investimento anual por aluno. Com base nos dados de 2017, a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de U\$ 9.670, enquanto no Brasil o valor é de U\$ 3.873 (dólares em paridade do poder de compra – PPC). Pesquisas mostram que até

um patamar de US\$ 8 mil, cada parcela de US\$ 1 mil adicionais por aluno está associada a 14 pontos a mais do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Isso implica que, se o Brasil quiser evoluir no *ranking* do Pisa, precisará fazer um esforço maior no campo do investimento público em Educação, de modo que ele possa ser adequadamente comparado ao dos países integrantes da OCDE. Entretanto, sabemos que mais dinheiro é apenas o ponto de partida. O país terá também de fazer um esforço em relação à eficiência desse gasto público, traduzido na boa gestão dos recursos e na oferta de um ensino de qualidade. Isso ficou muito claro quando nos deparamos com os resultados de municípios do Nordeste, uma região particularmente desafiadora para o país, em função dos baixos níveis de aprendizagem escolar. É fundamental superar esse desafio para alavancar o desenvolvimento sustentável da região.

Às vezes também se reconhece que tais resultados dependem do nível socioeconômico do município, o que é verdade – mas há vários municípios de baixo produto interno bruto (PIB) *per capita* fazendo coisas extraordinárias no campo da Educação. Vejam, por exemplo, em Pernambuco: com base nos dados de 2019, no município de Panelas, no Agreste do estado, cujo PIB *per capita* é de apenas R\$ 7.348, ao final do 5º ano do Ensino Fundamental, 86% das crianças aprenderam o que seria esperado em matemática; em contrapartida, Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, com um PIB de R\$ 132.206 *per capita*, apenas 26% das crianças alcançaram o aprendizado adequado nessa matéria!

Tomando como referência os estudos *Educação que faz a diferença*, realizado pelo Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), e *Excelência com equidade*, realizado pela Fundação Lemann em parceria com o Iede e o Itaú BBA, verifica-se que alguns municípios nordestinos se destacam no campo da Educação. O mais conhecido deles é Sobral (CE), nossa grande referência educacional. Lá, de cada 100 alunos que concluem os anos iniciais do Ensino Fundamental, mais de 90% aprenderam o que seria esperado em língua portuguesa e em matemática, para um PIB *per capita* de R\$ 21.919. A mais recente novidade positiva no campo da

Educação vem de Coruripe, em Alagoas, com resultados e PIB *per capita* similares aos de Sobral. Além de Panelas, já citado, outros municípios nordestinos estão se destacando, como é o caso de Licínio de Almeida (BA), Granja (CE) e Castelo do Piauí (PI), sem falar de Teresina – a melhor capital brasileira no que se refere à Educação – todos com um PIB *per capita* inferior a R\$ 10 mil em 2019.

Nesse seminário, procurei mostrar que o Nordeste pode aprender com o Nordeste. É preciso alargar a colaboração no campo da Educação – e aqui não cabe competição, pois o que está em jogo é o futuro de nossas crianças, adolescentes e jovens. Por isso, entendo que o seminário realizado pelo Fórum Celso Furtado foi uma grande oportunidade de construir novas bases para um projeto de desenvolvimento do Nordeste.

*Correio Braziliense, 7 de julho de 2022.*

# Todos pela Educação

Em 2022, o Brasil completou 200 anos de sua Independência. Em 2006, mais precisamente em 6 de setembro, um dia antes da data comemorativa, foi lançado o movimento Todos pela Educação em frente ao Museu do Ipiranga, em São Paulo. Foi uma manhã muito fria, que contrastava com o calor humano dos presentes, todos com uma mesma convicção de que a verdadeira independência só viria por meio de uma Educação de qualidade para todos os brasileiros. Por isso, foi simbólico lançá-lo em um 6 de setembro. Não haveria dia 7 sem dia 6!

O país precisa mais do que nunca de uma agenda positiva para a Educação, em decorrência dos grandes déficits de aprendizagens deixados pela pandemia, especialmente como resultado do elevado número de dias com prédios escolares fechados. Estamos enfrentando tempos difíceis na Educação. Como dizia o saudoso Ariano Suassuna, “não sou otimista, nem pessimista, mas sou um realista esperançoso”.

Por causa dessa agenda é que fui buscar aquele dia 6 de setembro de 2006. Tive o privilégio de ser o primeiro presidente-executivo do movimento Todos pela Educação. Para mobilizar o país, o movimento lançou cinco metas para uma Educação de qualidade, a primeira delas vinculada ao acesso à escola. O Brasil avançou bastante de lá para cá, mas ainda temos cerca de 1,4 milhão de crianças de 4 e 5 anos de idade e jovens de 15 a 17 anos sem frequentar a escola.

O foco da segunda meta está na alfabetização das crianças na idade certa – como faz tão bem o estado do Ceará, alfabetizando todas as crianças até os 7 anos de idade. Temos uma estrada a percorrer, mas já temos a “bússola cearense da alfabetização”.

A terceira meta talvez seja a mais desafiadora. Ela trata da aprendizagem escolar aferida pelo percentual de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa e em matemática ao final de cada etapa escolar. O Brasil vinha avançando bastante nos anos

iniciais do Ensino Fundamental, mas aí veio a pandemia e, com ela, o retrocesso na aprendizagem em todas as etapas escolares. No Ensino Médio a situação é mais grave, pois o país, mesmo antes da crise sanitária, já estava literalmente estagnado e em um patamar muito baixo. Contudo, a implementação do chamado Novo Ensino Médio, que começou formalmente em 2022, apresenta-se como um facho de esperança, sem esquecer as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) do estado de Pernambuco, que vêm se mostrando relevantes tanto no campo da aprendizagem como no fluxo escolar.

A quarta meta vincula-se às taxas de aprovação ao final de cada etapa escolar, e nesse ponto o Brasil fez avanços importantes, mas é ainda um país que tem uma cultura elevada de reprovação escolar.

Por fim, a quinta meta trata do financiamento e da gestão dos recursos. Quanto ao financiamento, o Brasil deu um salto importante nos últimos quinze anos, mas ainda precisa avançar no bom uso do dinheiro público.

Nessa caminhada, o movimento Todos pela Educação contribuiu de maneira expressiva para os avanços verificados na Educação brasileira. Aqui quero fazer uma menção à nossa atual presidente-executiva, Priscila Cruz, uma liderança jovem e comprometida com a causa, que formou um time excepcional para trabalhar com ela. Quero ainda, em particular, destacar o trabalho de duas outras lideranças jovens do movimento, Olavo Nogueira Filho e Gabriel Corrêa. Esse time, durante o processo eleitoral de 2022, percorreu e mobilizou o Brasil com o belo documento “Educação Já”, construído por muitas mãos de diferentes visões políticas, mas todas engajadas e comprometidas com a causa da Educação. “Educação Já” traz diretrizes importantes para uma política pública de Educação de qualidade com equidade. Que bom que neste momento difícil da vida brasileira no campo da Educação tenhamos o movimento Todos pela Educação, que nos permite pensar positivamente e com esperança!

*Correio Braziliense, 5 de maio de 2022.*



# Parte 5

## O cenário pós-2022

# Duas prioridades em um mar de prioridades

Eleger prioridades na área da Educação não é trivial. São muitos desafios, que foram substancialmente ampliados pela covid-19, especialmente no que se refere à aprendizagem e ao crescimento do abandono escolar. Antes da pandemia – dados de 2019 –, os resultados das avaliações já mostravam que, de cada 100 estudantes que concluíam o Ensino Médio na rede pública, apenas 7 haviam aprendido o que seria esperado em matemática. A cada ano, em média, 500 mil jovens já abandonavam o Ensino Médio, o que significa um jovem deixando a escola por minuto – uma tragédia para um país que está em franco processo de mudança em sua pirâmide demográfica até 2030, e que, na prática, não poderia se dar ao luxo de ter nenhum jovem abandonando a sala de aula. O topo dessa pirâmide está alargando e crescendo, enquanto a base não para de encolher. A sustentabilidade de qualquer país, nesse e em qualquer cenário, passa necessariamente por uma juventude bem formada.

No entanto, o Brasil, como já destacamos neste livro, tem uma bússola importante para reverter esse quadro do Ensino Médio: basta dar escala ao modelo de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) iniciado em 2004 no estado de Pernambuco. Trata-se de uma escola em que o jovem se encontra no centro do processo de ensino e de aprendizagem; ele é protagonista de seu próprio desenvolvimento, com maior autonomia para tomar decisões com foco em seu projeto de vida. Não se trata, portanto, de mais tempo na escola, mas de uma escola que dê significado a uma pessoa que, na prática, quer uma escola que caiba na vida. Concede-se, assim, para esse jovem, uma *escola de tempo integral com Educação*

*integral*. Esse modelo levou Pernambuco da 21ª posição, em 2007, para as três primeiras posições, desde 2015, no *ranking* nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Se eu tivesse que definir duas prioridades para os próximos anos, em termos de etapa e modalidade educacional, não teria dúvida em apontar um forte trabalho para os *anos finais do Ensino Fundamental*, inspirado no modelo de escolas de EMTI, e a expansão de vagas no *Ensino Técnico*, olhando para uma oferta que atendesse à demanda do território.

Os ganhos de aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental que o país vem conseguindo ao longo da última década não são verificados nos anos finais. De cada 100 alunos da rede pública no Brasil que terminaram em 2019 o 5º ano do Ensino Fundamental, 47 aprenderam o que seria esperado em matemática; porém, ao final do 9º ano, esse percentual desaba para 18. Nem mesmo o estado do Ceará, que tem excelentes resultados nos anos iniciais, consegue manter o mesmo patamar de excelência nos anos finais; esses números são, respectivamente, 53 e 25, como se pode ver no portal QEd<sup>1</sup>.

No caso da segunda prioridade, a expansão do Ensino Técnico atrelada à demanda regional/local, atendendo a uma meta que promova a empregabilidade e o desenvolvimento profissional do jovem brasileiro, é fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país. Estima-se que, de cada 100 jovens que concluem o Ensino Médio no Brasil, apenas 22 vão para o Ensino Superior. É preciso ter uma política para esses 78 jovens que não prosseguem, de maneira que o Ensino Médio não represente o teto em seu projeto de vida. Ter uma política de pós-Médio é essencial para que o país reduza o elevado número de jovens – mais de 13 milhões – de 15 a 29 anos que nem estudam e nem trabalham.

Naturalmente, cuidar da qualidade da formação de nossos professores e da profissionalização da gestão escolar são pontos de partida (e não de chegada!) para que tudo isso aconteça. Sem bons docentes, bem formados e valorizados, o Brasil não avançará,

---

1. Disponível em: [qedu.org.br](http://qedu.org.br).

pois, dentre os fatores intraescolares, a qualidade do professor é o mais importante para a aprendizagem escolar, seguida de perto pela qualidade da gestão da escola. Para esses dois temas, o Brasil, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), produziu dois importantes documentos que podem contribuir sobremaneira para a qualidade da Educação<sup>2</sup>. É preciso agora ter vontade política para implementá-los. Concluo lembrando o velho ditado, segundo o qual “não se faz omelete sem quebrar os ovos”. Foi assim que implementamos em Pernambuco o modelo de escolas de EMTI.

*Correio Braziliense*, 1 de setembro de 2022.

---

2. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), conforme Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 2019; e Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, Parecer CNE/CP nº 4/2021, Processo nº 23000.030224/2020-01, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 11 de maio de 2021 e aguardando homologação pelo Ministério da Educação.

# Educação: os próximos quatro anos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá muitos desafios pela frente, entre eles o da Educação. O legado desses últimos anos não foi o melhor, longe disso, especialmente em decorrência da pandemia, mas também por uma agenda equivocada, pautada em questões ideológicas que deixou de lado o mais importante: a implementação de políticas robustas para um ensino público de qualidade.

A escolha do ministro será determinante para começar a virar esse jogo<sup>3</sup>: um ministro que tenha grande capacidade de articulação com estados e municípios, visto que a cooperação será fundamental na construção de um novo contrato social para a Educação, como recomenda a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no relatório “Reimaginar juntos nossos futuros”, publicado em fevereiro de 2022.

Os impactos negativos da pandemia na aprendizagem foram enormes, especialmente em países como o Brasil, que passaram muito tempo com os prédios escolares fechados e alunos sem acesso adequado à internet, além de professores não preparados para o uso das novas tecnologias. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2021 mostraram o tamanho do retrocesso para todas as etapas escolares. Mesmo municípios de referência no campo educacional, como Sobral (CE) e Teresina (PI), sofreram danos importantes na aprendizagem de seus alunos.

O Ministério da Educação (MEC) precisará estabelecer uma agenda comum e bem articulada com os governos nas esferas es-

---

3. Essa premissa se concretizou com a escolha do ex-governador do Ceará, Camilo Santana.

taduais e municipais, incorporando nessa articulação a sociedade civil vinculada à área da Educação; e aqui me refiro mais precisamente aos institutos e fundações de empresas que tiveram um papel marcante para que o fosso da aprendizagem, provocado pela pandemia, não tivesse sido ainda maior.

Lamentavelmente, os debates que antecederam as eleições foram muito pobres do ponto de vista de políticas públicas para o país, para os próximos anos. Todavia, na Educação, alguns pontos foram destacados pela grande maioria dos candidatos, inclusive na esfera estadual, por exemplo, a ampliação do número de escolas em tempo integral, tanto no Ensino Médio, como nos anos finais do Ensino Fundamental. Outro ponto bem salientado foi a expansão das matrículas em cursos técnicos profissionalizantes, trazendo uma oferta articulada com a demanda local.

Ficou também muito claro que o país necessitará de políticas robustas para a primeira infância com creches de qualidade, que incorporem a intersectorialidade da Educação com a saúde e a assistência social. É nessa fase, como bem mostra a ciência, que as sinapses são formadas e podem determinar o sucesso futuro da criança no campo pessoal e social. Um dos grandes defensores da primeira infância, o Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman, mostrou que o retorno financeiro de cada dólar investido nessa fase será de sete dólares a mais no futuro. Para quem acha que investir na Educação é caro, experimente a ignorância, como diz Derek Bok, o ex-presidente da Universidade de Harvard.

O país precisará construir um projeto para a sua juventude que estabeleça uma cultura de formação ao longo da vida, incluindo a Educação e suas articulações com as políticas de geração de renda e trabalho. Temos 13 milhões de jovens que não trabalham nem estudam na faixa etária de 15 a 29 anos.

Há outros desafios a serem enfrentados nos próximos quatro anos, como a construção de um Sistema Nacional de Educação e a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação. Há muita coisa que precisa também ser feita no campo da avaliação, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior, e aqui me refiro ao papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), cujo trabalho foi fortemente afetado, nos

últimos anos, pelas constantes mudanças tanto da presidência como de seus diretores. O ministro terá de, literalmente, dormir no MEC: os novos tempos exigirão muita dedicação e empenho dele e de sua equipe.

*Correio Braziliense*, 3 de novembro de 2022.

# Muita calma nessa hora

Os governos que assumiram seus mandatos em 1º de janeiro de 2023 terão muitos desafios pela frente, desde a questão orçamentária até os legados impostos pela pandemia, que ainda se fazem presentes, em particular no campo da Educação. O cenário que se descortina para 2023 não é dos mais animadores. Esses governos precisarão trabalhar com foco no que é essencial, com uma forte disciplina em relação aos gastos públicos.

Especialmente na área social, há o sentimento de que será necessário fazer oito anos em quatro. De fato, a área pela qual transito, a da Educação, vai exigir isso mesmo. Há graves problemas a resolver, em decorrência não só da dificuldade que teve o governo federal, nos últimos quatro anos, de se articular e se coordenar com estados e municípios, mas também pelos impactos negativos que a covid-19 trouxe para a Educação. Esses danos são particularmente sentidos nos déficits de aprendizagens dos estudantes e no aumento da evasão escolar e da desigualdade educacional.

Os déficits de aprendizagens dos alunos egressos do Ensino Médio já começam a incomodar as universidades, sobretudo nos cursos que exigem maior grau de matematicidade, como é o caso das engenharias. A reprovação, que já era grande antes da pandemia, tornou-se monstruosa nas disciplinas de cálculo e correlatas, como a geometria analítica. Essa reprovação em massa vai impactar ainda mais a elevada taxa de desistência dos estudantes – de cada 100 alunos que ingressam no Ensino Superior, 59 ficavam pelo caminho, já antes da pandemia. Os fatores que contribuem para que isso ocorra são muitos. Imaginem como ficará esse número nas áreas das ciências exatas e da natureza. Como se sabe, a matemática depende mais fortemente do fator escola do que nossa língua materna.

Somam-se a esse legado as fortes restrições orçamentárias previstas para 2023, com impacto direto na merenda escolar, nas obras em andamento e nas verbas discricionárias das universidades federais para pagamento de custeio e manutenção. Achando pouco tudo isso, alguns setores vinculados à área da Educação já propõem o que está sendo chamado de “revogação” de algumas normas e leis aprovadas nos últimos seis anos, como é o caso da Lei nº 13.415/2017, que regulamenta o Ensino Médio. Já se investiram muitos esforços, muito dinheiro e muita energia na implantação dessa lei por partes dos gestores públicos. *Aperfeiçoar* seria a palavra certa. Penso que não devemos criar um clima de mais acirramento. Como disse o ministro do Superior Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski: é preciso pacificar o país e deixar polarização e mensagens de ódio para trás.

*Jornal do Commercio*, 5 de dezembro de 2022.

# Cátedra Sérgio Henrique Ferreira

Há três anos, eu havia iniciado um novo desafio em minha vida profissional, o de dirigir a Cátedra Sérgio Henrique Ferreira (SHF) do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo Polo Ribeirão Preto (IEA-RP), tendo como objetivo promover a melhora das políticas públicas em Educação com foco na aprendizagem e na redução da desigualdade escolar. Ao iniciar essa atividade, veio a pandemia, e tudo o que eu havia planejado quanto à forma de trabalhar foi por água abaixo. Eu não fui uma exceção e precisei repensar toda a estratégia. Apesar de todos os percalços que a pandemia deixou, foi possível realizar nosso trabalho de forma a atender às expectativas do IEA-USP.

Nos dois primeiros anos da pandemia, fizemos um denso trabalho de *advocacy* pela melhora da qualidade da Educação, seja por meio de artigos de opinião, pela participação em palestras e entrevistas *online*, pela publicação de artigos acadêmicos e pela oferta de cursos também *online* no campo da formação de políticas públicas em Educação. No conjunto, foram mais de 300 atividades realizadas, e esse esforço foi bastante reconhecido pelo IEA-USP, especialmente no tocante a nossa participação na mídia nacional. Na prática, o contrato inicial seria de dois anos, mas terminou sendo estendido até 2024.

Com o retorno às atividades presenciais em 2022, o trabalho deu um salto exponencial, começando pelo número de apoiadores. Inicialmente, a Cátedra tinha apenas o apoio do programa Santander Universidades, e hoje temos os apoios da B3 Social e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), obtidos mediante concorrência por meio de editais públicos, além do mais recente apoio da Fundação Telefônica Vivo. Isso nos permitiu atuar com 35 municípios de quatro estados brasileiros (São

Paulo, Maranhão, Bahia e Pernambuco). Os trabalhos com modelagens estatísticas sobre o desempenho escolar desses municípios têm ajudado sobremaneira os secretários municipais de Educação na tomada de decisões com base em evidências. Os primeiros resultados já podem ser verificados, como é o caso dos municípios de Ribeirão Preto, Batatais e Bebedouro – da Grande Ribeirão Preto.

Além da excelente equipe técnica do IEA-RP, liderada pelo professor Antônio José da Costa Filho, uma das razões desse sucesso em tão pouco tempo deve-se em grande parte ao modelo de atuação, naquilo que costumo chamar de “quadrado mágico”, em referência ao que aprendi com um ex-reitor da Universidade de Tecnologia de Compiègne (UTC), na França (que ele chamava de *carré magique*). Em nosso caso, os vértices do quadrado são: o poder público por meio das secretarias municipais de Educação; a universidade por meio da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira; as empresas; e, no quarto vértice, o terceiro setor (institutos e fundações de empresas), todos trabalhando em prol da aprendizagem escolar e da redução da desigualdade. A Cátedra conseguiu assim colocar em prática o regime de colaboração com a sociedade pela qualidade da Educação, como apregoa o artigo 205 da Constituição Federal.

De maneira semelhante à do trabalho da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, vale a pena registrar o trabalho da Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica, também vinculada ao IEA-USP, exemplarmente dirigida pelo ex-reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e amigo de longa data, Naomar de Almeida Filho. Nesse novo ambiente que se inicia em 2023, acredito firmemente que as cátedras podem ser braços sociais importantes das universidades para melhorar a qualidade das políticas públicas, produzindo uma geração de resultados perduráveis para a sociedade, como diz o diretor do IEA, Ary Plonski.

*Jornal do Commercio*, 16 de janeiro de 2023.

# É hora de repensar a escola

Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) do Ministério da Educação (MEC), como também alguns dados estaduais, como os do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), mostraram que a pandemia provocou uma queda significativa na aprendizagem, acompanhada de um aumento de desigualdade educacional. O impacto foi mais sentido nas crianças em fase de alfabetização e entre os concluintes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O recuo foi ainda mais relevante na disciplina de matemática, como resultado do maior efeito escola sobre ela do que em língua portuguesa.

Agora é hora de nos inspirarmos na canção “Volta por cima”, do compositor Paulo Vanzolini, escrita na década de 1960, que diz: “Reconhece a queda / e não desanima. / Levanta, sacode a poeira / e dá a volta por cima”. Para colocar em prática essa composição, o MEC precisa convidar estados e municípios para traçar um plano de recomposição da aprendizagem escolar em regime de colaboração – algo que os irmãos cearenses sabem fazer muito bem.

Precisamos, nesse novo ambiente, tirar proveito da parte positiva (ela existe) que a pandemia nos deixou. As escolas e suas redes de ensino não podem mais traçar seu planejamento sem incluir uma política robusta de uso das novas tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem, até porque, para dar conta dos déficits de aprendizagem, vão precisar mais do que nunca delas – por exemplo, apoiando os estudantes em um programa de aulas invertidas, especialmente aqueles que foram mais impactados pela pandemia.

Nesse sentido, o MEC, em colaboração com os demais ministérios envolvidos, precisa destravar, e nos parece que já está começando, o uso dos recursos do Fundo de Universalização dos

Serviços de Telecomunicações (Fust), que tem mais de 20 bilhões de reais em caixa, para prover internet com banda larga a estudantes e professores das escolas públicas.

Porém, a solução não se resume exclusivamente a novas tecnologias, internet e banda larga. Isso é ponto de partida, não de chegada. Para ter maiores chances de sucesso no processo de recomposição da aprendizagem, será preciso incluir a oferta de uma Educação Integral que incorpore intencionalmente no currículo escolar as chamadas competências socioemocionais, como criatividade, pensamento crítico, colaboração e perseverança. Isso implica estimular uma nova sala de aula que saia do atual sistema de alunos enfileirados para um ambiente que estimule e promova um universo de pesquisa entre eles, enquanto o professor exerce o papel mais de mentor do que de instrutor de conteúdos. Vários estudos revelam que estudantes com tais competências bem desenvolvidas não somente absorvem o aprendizado de maneira mais satisfatória, como também se preparam melhor para a vida, com mais autonomia e maiores chances de colocar em prática seu projeto de vida.

Nesse contexto, o país tem a seu favor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma importante bússola das aprendizagens essenciais que precisam ser asseguradas aos estudantes ao longo de toda a Educação Básica – da Creche ao Ensino Médio.

O planejamento não pode ficar fora disso, obviamente. Trabalhar o chamado planejamento reverso, cujo foco é o aluno e não o professor, pode ser um caminho. Isso implica realizar avaliações diagnósticas para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes em relação às metas de aprendizagem traçadas. O Brasil precisa entender de uma vez que não será mais possível a “política do tamanho único”. Cada aluno tem seu ritmo e seu tempo de aprendizagem. Olhar a média é como colocar a cabeça no forno e os pés no congelador: a média está boa, mas a pessoa está morta.

A inteligência artificial já vem ajudando, em vários países desenvolvidos, a monitorar o desenvolvimento de cada estudante, contribuindo sobremaneira no processo de ensino e de aprendizagem. Estes últimos anos nos revelaram muito, abrindo nossos olhos para o tamanho do atraso educacional brasileiro, que já era

evidente antes mesmo da pandemia. Não podemos mais ficar para trás – se, de fato, o país quiser ser protagonista de seu futuro. Nossas crianças, adolescentes e jovens precisam de uma nova escola – não mais essa que aí está.

*Correio Braziliense*, 2 de fevereiro de 2023.

# A Santillana

A Santillana é uma empresa de conhecimento, inovação e tecnologia educacional que oferece soluções integrais e adaptadas à realidade de cada escola. Líder em Educação Básica na América Latina, está presente em 19 países e é protagonista da transformação digital no setor. A Santillana é comprometida com a agenda de sustentabilidade e tem o propósito de contribuir para uma sociedade inclusiva, diversa e equitativa por meio da Educação de qualidade.

No Brasil, a Santillana Educação, empresa do grupo voltada aos negócios educacionais para o mercado privado, desenvolve soluções pedagógicas, conteúdos, tecnologia, formação e avaliação, organizados em um extenso portfólio de marcas, da Educação Infantil até o Ensino Médio. Entre seus projetos educativos estão a Moderna, o UNO Educação, o Compartilha e o Sistema Farias Brito. No ensino de idiomas e na Educação Bilíngue, tem a Richmond Solutions e a Educate. Em literatura infantil e juvenil, possui um dos mais completos catálogos do país e publica seus títulos nos selos Moderna, Salamandra e Leiomundo.

Na Educação pública, atua com a Moderna e é líder do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Leva a milhões de estudantes, todos os anos, conteúdos produzidos por uma equipe dedicada ao desenvolvimento da Educação pública com base em conhecimento, pesquisa e inovação, respeitando as particularidades regionais. A Santillana é o braço educacional do Grupo PRISA, líder em meios de comunicação, entretenimento e Educação em língua portuguesa e espanhol.

[www.santillana.com.br](http://www.santillana.com.br)

# A Fundação Santillana

Comprometida com a Educação, a Fundação Santillana, presente no Brasil desde 2008, atua na superação das desigualdades educacionais, certa de que esse é o motor para o desenvolvimento de um país mais justo, democrático, inclusivo e sustentável.

As ações promovidas compreendem a disseminação de conhecimentos para munir gestores de instituições públicas e privadas, professores e a sociedade civil com informações de qualidade em defesa da Educação de excelência para todos. Para tal, caminha ao lado de educadores e pesquisadores que constroem saberes na academia e nas salas de aula, sempre na fronteira do conhecimento. Também se dedica a parcerias com organizações nacionais e internacionais.

Além disso, a Fundação Santillana realiza e apoia ações que contribuem para o desenvolvimento da Educação, incentivando a produção e a difusão de conhecimentos sobre temas centrais das políticas educacionais, do ensino e da aprendizagem. Fomenta ainda o debate plural sobre desafios e soluções compartilhados por gestores, professores, alunos e famílias em diferentes instâncias e regiões por meio da divulgação de análises, ideias, indicadores e boas práticas nas políticas públicas, assim como incentiva premiações que valorizam e reconhecem os profissionais do setor.

[www.fundacaosantillana.org.br](http://www.fundacaosantillana.org.br)

# A Moderna

A Moderna atua há mais de 50 anos com o compromisso de educar para um mundo em constante mudança. É uma empresa que se renova sempre, reposicionando-se para atender às demandas reais da Educação de hoje.

Com uma equipe de autores e especialistas que conhecem profundamente as necessidades e particularidades regionais das instituições de ensino público brasileiras, a Moderna investe em pesquisa, inovação e metodologias de ponta para criar e produzir conteúdos didáticos, literários e serviços educacionais efetivos. Assim, coloca-se como parceira de secretarias de Educação, escolas e famílias, desenvolvendo habilidades, competências e valores para que os estudantes possam lidar com seus desafios pessoais e profissionais ao longo da vida.

Desde 2001 como parte do Grupo Santillana, presente em 21 países, a Moderna participa de projetos sociais de fomento à Educação em parceria com a Fundação Santillana e outras entidades do setor. Também apoia a formação de professores e gestores, com a realização de cursos, oficinas e seminários gratuitos, e a disponibilização de obras de referência para incentivar reflexões e políticas em prol da equidade e da qualidade do ensino público brasileiro.

[www.moderna.com.br](http://www.moderna.com.br)

# O autor

Mozart Neves Ramos é doutor em química pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutor na mesma área pela Politécnica de Milão, Itália, foi professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de 1977 a 2013, e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 2006 a 2014 e de 2019 a 2022. Pró-reitor acadêmico da UFPE, de 1992 a 1995, presidiu o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (1993). Em dois períodos (1996-1999 e 2000-2003) ocupou o cargo de reitor da UFPE e presidiu a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes, 2002-2003). Foi também secretário de Educação de Pernambuco (2003-2006) e presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (2006), além de presidente executivo do Todos Pela Educação (2007-2010). Em 2008, foi eleito pela revista *Época* como uma das cem pessoas mais influentes do Brasil. Foi diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna (2014-2019) e atualmente é titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo Polo Ribeirão Preto (IEA-RP).

Este livro reúne 44 artigos de Mozart Neves Ramos escritos entre 2020 e 2023, sobre uma gama ampla de temas relevantes, da Educação Infantil ao Ensino Médio Técnico e à Educação Superior, abordados no contexto da pandemia de covid-19 e da retomada das aulas em todos os segmentos. Como escreve no prefácio José Henrique Paim Fernandes, ex-ministro da Educação e diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais (DGPE) da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro: “É [sua] rica vivência nos campos público e privado, agregando olhares dessas duas áreas que, muitas vezes, têm visões e interesses divergentes e até mesmo antagônicos, que torna o autor deste livro uma voz a ser sempre ouvida por todos aqueles que, como ele, estão empenhados em buscar soluções e novos caminhos para os graves problemas educacionais do Brasil”.

ISBN 978-85-16-13896-7



9 788516 138967